

RELATÓRIO DE GESTÃO

2010

EXPEDIENTE

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2010
Ministério Público do Estado do Tocantins

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

CÉSAR AUGUSTO MARGARIDO ZARATIN
Subprocurador Geral de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Corregedor Geral

CELIO SOUSA ROCHA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES

Alcir Raineri Filho
Angélica Barbosa da Silva
César Augusto Margarido Zaratín
Clenan Renaut de Melo Pereira
Elaine Marciano Pires
João Rodrigues Filho
José Demóstenes de Abreu
José Omar de Almeida Júnior
Leila da Costa Vilela Magalhães
Marco Antônio Bezerra
Ricardo Vicente da Silva
Vera Nilva Álvares Rocha

EQUIPE TÉCNICA

José Maria Teixeira
Diretor Geral

João Ricardo de Araújo Silva
Chefe do Dep. de Planejamento e Gestão

João da Silva Macedo
Analista Ministerial - Ciências Econômicas

Fáustone Bandeira Morais Bernardes
Auxiliar Ministerial

Alayla Milhomem Costa Ramos
Chefe da Assessoria de Comunicação

Luciana Dualibe
Edição de textos e revisão

Bruno Fleuri
Projeto gráfico

Ronaldo Mitt
Fotos

APRESENTAÇÃO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por meio deste Órgão de Cúpula Administrativo, apresenta o Relatório de Gestão referente ao ano de 2010, e, desse modo, reafirma o posicionamento de não somente dar cumprimento ao ditame legal de prestar contas, mas de dar publicidade, com o máximo de transparência, sobre as medidas e ações empreendidas, os obstáculos encontrados e, finalmente, as conquistas obtidas.

Imbuído neste propósito, vale consignar o compromisso com uma gestão compartilhada e democrática, a fim de que os recursos públicos sejam aplicados conforme o planejamento delineado no Plano Plurianual 2008/2011, tornando realidade os programas e ações previstos.

Neste passo, importa mencionar que a busca de uma construção institucional conjunta, a partir da implantação do Planejamento Estratégico e do Gespública, ensejou desdobramentos com novos desafios e oportunidades institucionais, mormente de levar à sociedade tanto o papel institucional do Ministério Público, como sua concreta e efetiva atuação na defesa dos direitos sob sua tutela.

No âmbito da Gestão Institucional, contabilizam-se grandes conquistas em diversos planos, contudo, o momento não permite a inércia da contemplação, mas, sim, o emprego de esforços visando sanar as deficiências e carências identificadas, dentre as quais se encontram as áreas de tecnologia da informação, de manutenção, de patrimônio, de gestão de recursos humanos e de gestão administrativa.

O cenário de 2010 foi positivo para o Ministério Público Estadual, registrando-se avanços na sua atividade-fim, com a superação de metas, construção de novas unidades, o reconhecimento externado por diversas instituições e segmentos, e por fim, a disponibilização de recursos pela Assembleia Legislativa, para 2011, com ampliação de nosso percentual sobre a Receita Corrente Líquida.

De forma didática, o presente relatório foi estruturado da seguinte forma: 1 – Perfil da Instituição 2–Destaques do exercício 3 – Proteção dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis 4 – Modernização e Desenvolvimento Institucional do Ministério Público 5 – Apoio Administrativo 6 – Planejamento Estratégico 7– Gespública e 8 – Situações dos Projetos e 9 - Considerações Finais.

Por derradeiro, reafirma-se que o Ministério Público Estadual, primando por uma atuação proativa, dinâmica e participativa, emvidou todos os esforços no exercício de 2010 para responder aos anseios da sociedade tocantinense, principal destinatária de todas as nossas ações.



CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador Geral de Justiça

SUMÁRIO

1 PERFIL DA INSTITUIÇÃO	09
2 DESTAQUES DO EXERCÍCIO	13
3 PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS	29
4 MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	41
5 APOIO ADMINISTRATIVO	53
6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	67
7 GESPÚBLICA	73
8 SITUAÇÃO DOS PROJETOS	81
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	83



Perfil da Instituição



1 PERFIL DA INSTITUIÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil definiu que o Ministério Público dos Estados é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, CF).

Como forma de consolidar o Ministério Público do Tocantins, em 02 de janeiro de 2008 entrou em vigor a Lei Complementar nº 51 que, dentre outras providências, instituiu a Lei Orgânica regulamentando a composição da Instituição.

Dos Órgãos do Ministério Público

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
 Procuradoria Geral de Justiça
 Colégio de Procuradores de Justiça
 Conselho Superior do Ministério Público
 Corregedoria Geral do Ministério Público

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
 Procuradorias de Justiça
 Promotorias de Justiça

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO
 Procurador Geral de Justiça
 Colégio de Procuradores de Justiça
 Conselho Superior do Ministério Público
 Procuradores de Justiça
 Promotores de Justiça
 Promotores de Justiça Substitutos
 Grupos Especiais de Atuação Funcional

ÓRGÃOS AUXILIARES
 Comissão de Concurso
 Centros de Apoio Operacional
 Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
 Órgãos de Apoio Técnico e Administrativo
 Estagiários

A Lei Orgânica também estabeleceu as funções institucionais do MP, dentre as quais se destacam: a promoção da ação penal pública; o zelo e a garantia pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nas Constituições Estadual e Federal; a promoção do inquérito civil e a ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos

e coletivos; a promoção da ação de inconstitucionalidade ou de representação para fins de intervenção da União e do Estado, nos casos previstos na Constituição Estadual; a defesa dos direitos e interesses das populações indígenas.

Para garantir a plena realização das funções da Instituição, previstas em lei, o Ministério Público adotou missão, visão e valores:

MISSÃO

Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

VALORES

Confiável; Eficaz/ Fiscal da Lei/ Popular/ Independente/ Acessível/ Humanizado/ Transparente.



Destques do Exercício

2 DESTAQUES DO EXERCÍCIO

Homenagens e Representações Institucionais

- Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins aprova Moção de aplausos ao Ministério Público do Estado do Tocantins
- Representante do Ministério Público é eleito Personalidade do Ano 2010 no Estado do Tocantins em pesquisa do Grupo Prisma Interativo
- Atuação do MPE-TO é destaque em matéria do Jornal Nacional do dia 07/12/2010
- Ministério Público do Tocantins recebe moção de aplausos da Câmara Municipal de Porto Nacional
- MPE-TO envia grupo ao I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e indicará participante para compor o Comitê Gestor Nacional
- Membro do MPE-TO faz exposição na III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento
- Assembleia Legislativa atende o MPE e amplia o repasse de recursos ao Órgão
- Eleitos novo Corregedor Geral e Membros do Conselho Superior do Ministério Público e reeleito Procurador Geral de Justiça
- MPE publica moção de apoio à Polícia Civil de Araguatins
- Representante do MPE-TO participa de eleição de novo Presidente do CNPG
- Participação de Membro na reunião do Projeto Mutirão Carcerário
- Membro prestigia inauguração do Fórum de Paranã e da Vara Maria da Penha em Palmas
- Participação em homenagem a Ex-Presidentes da Associação Tocantinense do Ministério Público
- Recebimento de Certificado da Busca pela Excelência na Gestão
- Inauguração da Galeria de Ex-Procuradores Gerais de Justiça
- Moção de congratulações expedida pela Câmara Municipal de Arraias
- Artigo de apoio ao trabalho do MPE-TO é publicado pelo site da jornalista Roberta Tum no dia 16/06/2010
- ATMP publica moção de apoio a Promotor de Justiça em 02/06/2010
- Representante do MPE participa de reunião com grupo de servidores do TJ para pôr fim a greve
- Procurador de Justiça é agraciado com Título de Pioneiro de Palmas
- Membro do MPE-TO recebe Título de Cidadão Palmense
- Participação na cerimônia de 10 anos de criação da Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins (CFAT)
- Vereadores da Capital visitam o MPE-TO
- Servidor participa do Encontro Nacional dos Assessores de Comunicação do Ministério Público

- Membro recebe a Medalha Tiradentes
- MPE-TO recebe a visita de Coordenador do IBGE
- Peritos Externos visitam MPE para avaliar cumprimento das etapas do Gespública
- Secad parabeniza o Ministério Público do Tocantins pelo cumprimento da 1ª Etapa do Gespública
- Eleitos novos Coordenadores dos CAOPs
- Ministério Público de Goiás apresenta aos membros e servidores do MPE-TO os benefícios do Planejamento Estratégico realizado
- Pioneiros do MPE são homenageados em Revista Jurídica do Órgão
- MPE recebe a visita de Conselheiro do CNMP
- Lançada a Pedra Fundamental da Promotoria de Justiça de Paranã
- Representante do MPE participa da abertura do ano Judiciário
- Representante do MPE participa da abertura do ano Legislativo
- MPE recebe a visita de Vice - Almirante da Marinha do Brasil
- Comandantes da PM visitam a Procuradoria Geral de Justiça e discutem operação

Realizações de Apoio Operacional e de Aperfeiçoamento Funcional

- Seminário Regional de Polícia Comunitária
- III Simpósio Sobre o Meio Ambiente
- Nova página do Centro Operacional de Apoio às Promotorias do Meio Ambiente na internet
- Exposição na III Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e Nascimento
- Seminário em Valoração de Danos Ambientais
- Oficina sobre Tribunal de Júri e mudanças no Código de Processo Penal
- Realização e balanço sobre casos de homicídio no Tocantins
- Elaboração e distribuição de Cartilha "Cidade Sustentável e Bem-Estar para Todos", através de parceria com a iniciativa privada,
- Participação no Projeto "Rede em Ação"
- Realização da Operação Pró-Consumidor nas cidades de Dianópolis, Miracema e Formoso do Araguaia
- Reuniões para discussão dos direitos da pessoa com deficiência
- Participação no Comitê de Erradicação do Comércio Irregular de GLP

- Seleção de artigos e publicação de 3 edições da Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Tocantins
- Reunião para discussão sobre a utilização de agrotóxicos nos alimentos
- Promoção de curso de Inglês para integrantes da Instituição
- Seminário de Perícia Criminal
- Convênio entre Cesaf e Faculdade Católica do Tocantins para beneficiar Membros e Servidores com cursos de pós-graduação
- Oficina sobre Recursos Constitucionais
- Parceria para acesso à Biblioteca Virtual do Direito Público
- Realização da Semana do Meio Ambiente, com diversas atividades para integrar os órgãos que atuam na proteção dos recursos naturais no Estado
- Realização da peça teatral “Voto vendido: Consciência Perdida”, do Grupo de Teatro do TRE-TO
- Realização do Curso à distância “Introdução ao Direito Eleitoral”
- Divulgação do Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes
- Oficina “Combate à Sonegação Fiscal”, proferida pelo Promotor de Justiça do Distrito Federal Zacharias Mustafa Neto
- Termo de parceria com a PM-TO para realização de atividades conjuntas de aperfeiçoamento
- Participação no Curso “Táticas Defensivas e Preparo contra a Violência”, em Castanhal-PA
- Curso de Civismo Interinstitucional
- Realização de três seminários regionais do Projeto Tecendo a Paz
- Convênio com o Colégio de Diretores de Escolas do Ministério Público Brasileiro para oportunizar a participação em cursos de Mestrado e Doutorado nas Universidades de Lisboa e Roma
- Realização do I Ciclo de Palestras do Cesaf
- Eleição de novos Coordenadores dos CAOPs
- Realização de Seminário sobre “ACP e Teoria do Super Endividamento dos Consumidores”
- Oficina sobre Inquérito Civil Público
- Parceria entre Caoma e Grupo Rede - Celtins para a divulgação da Cartilha de Meio Ambiente
- Elaboração e distribuição do Calendário Cesaf 2010, com dicas e novidades sobre as Novas Regras da Língua Portuguesa

Investimentos na Área Administrativo-Financeira

- Realização da Semana da Saúde para integrantes do Ministério Público
- Celebração de convênio com o Tribunal de Justiça para capacitação de servidores
- Realização de curso de atendimento ao cidadão
- Realização de seleção pública para a contratação de estagiários e credenciamento de instituições
- Mobilização junto à Assembleia Legislativa pelo aumento do percentual de arrecadação do Ministério Público: de 2,35% para 2,95% da Receita Corrente Líquida
- Pagamento de benefícios a Servidores e Membros provenientes de direitos adquiridos, via judicial ou administrativa
- Implantação do Serviço de Saúde aos Integrantes e do Projeto de Qualidade de Vida no MPE
- Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, com toda a estrutura necessária para o desempenho das atividades institucionais e todos os móveis e equipamentos renovados
- Início das obras na Promotoria de Justiça de Paranã, andamento na Construção da sede da Promotoria de Tocantinópolis e conclusão do processo licitatório para a Construção da Promotoria de Justiça de Miranorte
- Regularização de terrenos, realização de projetos e levantamento de custos dos prédios de Porto Nacional, Arraias, Taguatinga e Xambioá
- Realização do Projeto “Promotores em Ação”, com ampla participação dos Promotores de Justiça, dividido em 03 (três) reuniões regionais, Palmas, Araguaína e Gurupi, visando discutir melhorias na atuação do MPE junto à sociedade tocantinense
- Realização de mutirão de vacinas
- Disponibilização de curso de língua inglesa para Membros e Servidores
- Inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, com mobiliário, equipamentos de informática e demais equipamentos novos
- Posse de 13 (treze) novos Promotores de Justiça
- Participação dos integrantes do MPE em campanhas de solidariedade, como doação de alimentos aos desabrigados pelas enchentes do Nordeste, doação de brinquedos na Campanha de Natal dos Correios “Adote uma Cartinha” e realização de mutirão de doação de sangue ao Hemocentro
- Recebimento da Certificação de Busca pela Excelência na Gestão Pública - Gespública, fornecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Inauguração da Galeria de Ex-Procuradores Gerais de Justiça
- Realização de Concurso Público e Posse para 44 novos servidores do quadro de Analistas Ministeriais, além da posse de 15 Analistas Ministeriais Especializados, 06 Oficiais de Diligência, 06 Técnicos Ministeriais Especializados, 16 Técnicos Ministeriais, 02 Auxiliares Ministeriais Especializados, 01 Auxiliar Ministerial e 02 Motoristas Profissionais, possibilitando a implantação dos serviços de saúde

aos integrantes e a realização de perícias, além da manutenção das atividades de apoio

- Apoio na disseminação do Gespública em outras instituições, como Polícia Federal, 6º Batalhão da Polícia Militar e Secretaria de Estado da Administração
- Realização de Curso preparatório para ingresso na carreira aos Analistas Ministeriais
- Aumento dos subsídios, da produtividade e do auxílio alimentação dos servidores do MPE
- Recebimento de doação de livros da Editora Fórum
- Implantação de catraca eletrônica e acesso diferenciado para público e servidores na PGJ, além da confecção de novos crachás e carteiras de identificação funcional
- Convênio com o Tribunal de Justiça para utilização da Junta Médica do Judiciário
- Ações de divulgação, para os públicos interno e externo, e andamento nos projetos do Planejamento Estratégico 2010-2018
- Realização de Pesquisas sobre a situação do Clima Organizacional e sobre a satisfação dos cidadãos atendidos nas Promotorias de Justiça
- Aquisição de mobiliário e equipamentos para atendimentos das demandas dos Promotores de Justiça, bem como a redistribuição de mobiliário em boas condições de uso, proveniente da reforma de algumas Promotorias, e reforma de cadeiras, poltronas e longarinas
- Aquisição de 03 veículos leves do tipo sedan e 01 veículo utilitário do tipo camioneta
- Contratação dos serviços de segurança armada para todas as unidades do MPE
- Redução de despesas para custeio de passagens aéreas, diárias e material de consumo
- Celebração de Convênio com a Secretaria de Reforma do Judiciário para Implantação do Núcleo Maria da Penha em Palmas
- Custeio do Bolsa-Auxílio para servidores da Instituição.

Avanços em Tecnologia da Informação

- Ampliação dos aspectos de segurança da informação
- Melhoria no desempenho da rede e do tráfego de informações, além da ampliação do link de dados de 2mb para 10mb
- Melhoria nos links existentes nas Promotorias do Interior e disponibilização de acesso às demais Promotorias
- Aquisição de toda a infraestrutura contida no Planejamento Estratégico
- Atendimento ao usuário ágil e com maior número de servidores
- Posse de novos servidores para as áreas de redes, segurança e desenvolvimento de sistemas

- Maior rapidez na publicação de informações na intranet e internet
- 1.230.008 de acessos ao site da instituição (www.mp.to.gov.br) durante o ano, segundo levantamento do Google Analytics, que ainda mostrou que esses acessos, além do Brasil, foram feitos de Argentina, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Índia, Suíça, França e Reino Unido
- Desenvolvimento de melhorias para os sistemas da Folha de Pagamento, RH e Controle de Patrimônio
- Finalização dos seguintes Sistemas: RH, Documentos Eletrônicos, Planejamento Estratégico, Audiência Pública, Relatórios Patrimoniais, Gestão de Contratos, Pesquisa de Clima Organizacional, Ouvidoria, Verificação da Autenticidade de Documentos, Gestão de Férias, Ampliação do Arquimedes, Controle Bibliotecário, Moodle – Curso à distância, Portal da Transparência, Concurso – Publicações, Net Office, controle de cursos do Cesaf e cadastro online de servidores e membros

Ministério Público é Notícia

Janeiro

- MPE requer informações da prefeitura de Araguaína sobre arrecadação de tributos imobiliários no município
- MPE recomenda Secretaria Municipal de Educação de Aparecida do Rio Negro a fim de regularizar transporte escolar
- Prefeito de Campos Lindos é alvo de ações por improbidade administrativa
- MPE ajuíza ACP contra empresa prestadora de serviço público de transporte
- MPE questiona legalidade na cobrança de tarifa de religação de água
- MPE impetra mandado de segurança contra diretor de escola particular a fim de garantir direito à educação

FEVEREIRO

- Sinalização inadequada nas ruas de Guaraí motiva MPE a expedir recomendação
- Improbidade administrativa leva MPE a propor Ação Civil Pública contra prefeito de Barra do Ouro
- MPE requer interdição da Casa de Prisão Provisória de Araguaína
- MPE oficia SSP solicitando plantão na Delegacia Especializada da Infância e Juventude
- Descaso com transporte escolar leva MPE a propor Ação Civil Pública contra ex-prefeito de Barra do Ouro
- Ex-prefeito de Goiatins é demandado em três ações diferentes pelo Ministério Público
- MPE expede recomendação a fim de orientar matrícula de adolescentes no ensino noturno

MARÇO

- Ministério Público Estadual ajuíza ACP para garantir que estudantes da zona rural tenham acesso à escola
- MPE expede recomendações contra nepotismo e para realização de concurso público em Natividade
- Promotorias de Justiça de Colinas expedem recomendação ao movimento grevista da Polícia Civil na cidade
- Denúncia do MPE leva justiça a decretar prisão preventiva de ex-prefeito de Nova Olinda
- Improbidade administrativa leva MPE a ajuizar ACP contra prefeito, primeira-dama e secretária municipal de São Salvador
- Justiça acata pedido do Promotor de Justiça e decreta prisão preventiva de ex-prefeito de Aragominas
- Ex-prefeito de Nova Olinda é alvo de ACP por ato de improbidade administrativa
- Recomendação do MPE suspende nomeação de aprovados em concurso público de Alvorada

ABRIL

- MPE e Defensoria Pública firmam parceria para avaliar situação do SUS em Palmas
- Justiça acata acusação do MPE e suspeito por homicídio é condenado
- Justiça acata pedido do MPE e determina quebra de sigilo bancário e indisponibilidade de bens de ex-prefeito de Nova Olinda
- MPE ajuíza ACP visando garantir vagas em creches e pré-escolas de Araguaína
- STF ratifica decisão liminar deferida pelo Juiz da Comarca de Formoso do Araguaia acatando requerimento do Ministério Público Estadual em Ação Civil Pública
- MPE ajuíza ACP por ato de improbidade administrativa contra gestores municipais de Palmas e empresa de engenharia
- Reforma de Casa de Detenção de Natividade é alvo de Ação Civil Pública do MPE
- MPE ajuíza ACP para garantir acesso de estudante ao ensino médio em Colinas do Tocantins
- Concessão de Tratamento Fora do Domicílio a pacientes de Gurupi é alvo de recomendação do MPE
- MPE recomenda retificação em edital de concurso público municipal de Colinas
- MPE ajuíza ACP a fim de regularizar oferta de educação infantil e ensino fundamental em Araguaína
- Justiça defere liminar do MPE requerendo a aquisição de bafômetros e decibelímetros para a comarca de Natividade

MAIO

- Promotora de Justiça reúne-se com representantes da Secretaria de Saúde de Palmas
- Promotor de Justiça fiscaliza cumprimento de TAC
- MPE firma TAC com Prefeitura de Palmas para regularizar situação do CCZ
- MPE oficia Secretário de Estado para que suspenda cirurgias realizadas por agente público em Porto Nacional
- MPE expede recomendação para garantir equipamento de proteção a agentes de limpeza pública de Gurupi
- MPE assina TAC com órgãos públicos de Gurupi para garantir segurança na Exposição Agropecuária 2010
- MPE propõe Ação Civil Pública contra Fundação Pioneiros Mirins para garantir atendimento a crianças e adolescentes de Carmolândia
- MPE cumpre meta do Planejamento Estratégico e discute segurança pública com a comunidade de Xambioá
- Abandono do Plenário do Júri pela Defensoria Pública protela julgamento de acusado por homicídio

JUNHO

- Após recomendação do MPE, Prefeitura de Gurupi entrega equipamentos de segurança para agentes
- MPE requer a prisão preventiva de suposto pedófilo em Guaraí
- MPE obtém condenação de acusado de homicídio
- MPE recomenda que Prefeitura de Gurupi regularize Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
- MPE recomenda Secretaria Estadual de Educação a suspender financiamentos de escolas particulares
- Justiça acata pedido do MPE e suspende reajuste de tarifa de ônibus
- Justiça acata pedido do MPE e declara inconstitucionais leis que designaram prédios públicos de Porto Nacional com nomes de pessoas vivas
- MPE requer que tarifa de transporte coletivo na Capital não seja reajustada
- MPE divulga laudo da morte de empresário em Paraíso
- MPE requer depoimento de criança nos moldes do “depoimento sem dano”
- MPE recomenda recolhimento adequado de entulhos e resíduos sólidos em Gurupi
- MPE requer condenação de suposto pedófilo em Gurupi
- MPE instaura procedimento administrativo para verificar possíveis irregularidades em programa habitacional

JULHO

- Falhas periciais levam MPE a requisitar novas diligências no caso “Ana Carolina”
- MPE ajuíza ACP para anulação de concurso municipal de Tupirama
- MPE defere pedido de dilação de prazo à Investco
- MPE oficia Sesau reafirmando a necessidade de ampliação dos leitos de UTI no HGP
- MPE firma TAC em Gurupi para adequar procedimento municipal nos casos de ocupação de áreas públicas
- MPE expede recomendação para combater poluição sonora em Recursolândia
- MPE realizará visitas semanais no Hospital Geral de Palmas
- Após recomendação do MPE, Prefeitura de Gurupi regulariza recolhimento de entulhos e resíduos sólidos
- Inundações na praia de Pedro Afonso serão investigadas pelo MPE
- MPE requisita apuração em imóveis onde houve vistoria de combate a dengue
- MPE recomenda combate à poluição sonora em Guaraí
- MPE participa da execução do Plano Nacional de Saúde Pública aprovado pelo CNPG
- Ministério Público Eleitoral realiza plantão a partir do dia 05/07
- MPE investiga Programa Habitacional executado pela Secretaria de Habitação do Estado

AGOSTO

- MPE move Ação Civil Pública contra prefeito de São Valério
- MPE firma TAC que regulamenta Cavalgada de Aragominas
- Recomendação do MPE visa assegurar meia-entrada em Feira Agropecuária de Colinas
- MPE oficia a SSP para providências urgentes nas cadeias públicas e delegacias
- MPE expede recomendação para garantir melhorias no Hospital Regional de Gurupi
- MPE acompanha mutirão carcerário em Gurupi
- MPE investiga baixo nível dos rios Javaé e Formoso e promove audiência pública
- Justiça acata pedido do MPE e determina afastamento do Prefeito de São Félix do Tocantins
- Descumprimento de lei que garante passe livre a acompanhantes de pessoas com necessidades especiais é discutido em Araguaína
- Prefeitura de Guaraí acata recomendação do MPE e retifica edital de concurso público
- Audiência pública em Araguaína discute rede elétrica de alta tensão
- MPE e Judiciário implantam Programa de proteção a crianças no município de Xambioá

- MPE requer fim das contratações e realização de concurso público para docentes da Unirg
- MPE e Saneatins firmam TACs para adequar Sistema de Tratamento de Esgoto em Palmas
- MPE denuncia 31 pessoas por inscrição eleitoral fraudulenta
- MPE participa de caminhada contra a pedofilia
- Para evitar queimadas às margens dos córregos, MPE cobra fiscalização
- TAC firmado entre MPE e prefeituras garante a construção de aterros sanitários
- Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de Araguaína investiga suposto atraso em salários de servidores municipais
- TAC regulamenta 1ª Cavalgada de Araguaína
- MPE firma TAC para garantir implantação de sistema de abastecimento de água em municípios tocantinenses
- MPE denuncia 14 pessoas presas na Operação Pedra de Fogo
- MPE requer informações sobre Conselhos Tutelares de Colméia, Goianorte, Pequizeiro e Couto Magalhães
- MPE instaura procedimento para averiguar “farra das diárias” no TO
- MPE investiga contratações sem concurso público e envolvimento de vereadores em “farra das diárias”
- Justiça atende MPE e denunciado divulgará mensagens à população sobre lisura nas eleições
- MPE recomenda Município de Gurupi a regularizar serviços de saúde
- MPE apreende máquina do Dertins trabalhando em fazenda particular
- Descumprimento de TACs leva MPE a ajuizar Ações de Execução contra municípios tocantinenses
- A pedido do MPE, Justiça determina que Estado disponibilize recursos para paciente com leucemia
- MPE denuncia “Marcinho” por homicídio
- Não cumprimento de ordem judicial leva MPE a ajuizar ACP contra Secretário de Saúde de Araguaína
- MPE ajuíza Ação Civil Pública e requisita à Justiça intervenção estatal na Cadeia de Colinas

SETEMBRO

- MPE de Natividade profere palestra sobre eleição e drogas
- MPE instaura Inquérito Civil Público para apurar eventuais omissões no combate à dengue em Gurupi
- MPE solicita à Polícia Federal fiscalização intensiva nas eleições
- A pedido do MPE de Guaraí, é decretada prisão de suposto pedófilo
- MPE expede recomendação a órgãos ambientais para evitar seca de córregos que abastecem a Capital

- Recomendação do MPE visa regularizar atividade de estagiários e internos no HRG
- Suposto desvio de alimentos por vereadora de Peixe é investigado pelo MPE
- MPE promove reunião para discutir vazão do manancial Brejo Comprido
- MPE denuncia suposta farra das diárias em Pindorama
- Conflito agrário no assentamento Maracujá é intermediado pelo MPE
- Ministério Público firma TAC com postos de combustível para regularizar abastecimento de veículos em Araguaína
- MPE discute danos ambientais causados aos rios Javaés e Formoso
- MPE investiga suposta tortura a preso em Tocantinópolis
- MPE promove audiência pública para discutir baixa dos rios Javaés e Formoso
- MPE recomenda Municípios a elaborar Plano de Saneamento Básico
- MPE recomenda prefeituras a exonerar servidores públicos com acumulação de cargos
- Órgãos públicos e entidades da sociedade civil promovem o cadastramento dos cães e gatos de Palmas
- MPE participa de Mutirão da Justiça Itinerante
- Justiça acata pedido do MPE e afasta prefeito de São Valério
- Meia-entrada para estudantes de Araguaína será fiscalizada pelo MPE
- MPE pede o afastamento do Prefeito de São Valério por improbidade administrativa
- MPE expede recomendação para regularizar ações do Conselho Tutelar de Miracema
- MPE move Ação Civil Pública para regularizar transporte escolar em Aragominas
- MPE ajuíza ACP para reforma da delegacia de Miracema
- MPE denuncia cobrador e empresário por homicídio em Ananás
- MPE realiza operação “Cachimbo”, e Justiça afasta prefeito de Sítio Novo e mais quatro pessoas por improbidade administrativa
- MPE promove palestras sobre Corrupção Eleitoral em Porto Nacional
- Promotoria do Patrimônio Público questiona demora na implantação de restaurante popular em Araguaína
- MPE move Ação Civil Pública para reforma na Cadeia Pública de Peixe
- MPE recomenda ao Secretário Municipal cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto

OUTUBRO

- Prefeito de Itaporã é acusado de improbidade em Ação ajuizada pelo MPE
- MPE ajuíza ação de improbidade administrativa contra três servidores da delegacia de Xambioá
- MPE recomenda unidades hospitalares de Araguaína para conter proliferação de bactérias
- MPE se manifesta para que acusado de estupro de menina de 13 anos continue preso
- Precariedade da CPP de Porto Nacional leva MPE a ajuizar Ação contra o Estado
- MPE instaura procedimento para apurar possível omissão do Estado na assistência educacional ao preso em Araguaína
- MPE solicita à Prefeitura de Xambioá informações sobre salário de vice-prefeito
- MPE se reúne com órgãos e cobra controle sobre loteamentos ilegais
- Justiça acata denúncia oferecida pelo MPE contra 10 envolvidos no caso “Isabel”
- MPE requisita informações à Celtins sobre interrupções no fornecimento de energia elétrica
- MPE investiga irregularidades na condução de concurso público em Itaporã
- MPE investigará paralisação de pavimentação Asfáltica em Araguaína
- Em Gurupi, MPE recomenda mais agentes em Presídio de Cariri e cobra conclusão de Penitenciária de Araguaína
- MPE oficia quatro Secretários de Estado e analisará contratos sobre sistema prisional de Araguaína
- Ação do MPE requer construção de Casa do Albergado em Araguaína
- MPE oficia Dertins sobre calamidade nas estradas
- MPE promove Audiência Pública em Araguatins para discutir problemas da cidade
- Para combater exploração sexual infantil, MPE expede recomendação a empresas de Araguaína
- MPE move ação contra Estado para providências na cadeia pública de Araguaçu
- Transporte escolar público em Almas é investigado pelo MPE
- Ação proposta pelo MPE pede interdição do Aeroporto de Araguaína
- MPE de Araguaína dá dez dias para prefeito informar ações de saneamento básico
- MPE denuncia dez pessoas envolvidas na morte de Isabel, em Xambioá
- MPE recomenda que SSP regularize situação da CPP de Araguaína
- Supostas irregularidades na seleção pública de mototaxistas levam MPE a oficial prefeito de Araguaína
- A pedido do MPE, júri condena mulher que tentou matar bebê com veneno
- Acusados de formação de quadrilha são condenados em Araguaína

- MPE discute proteção infanto-juvenil em Araguaia
- MPE investiga contratação irregular de servidores pela Prefeitura de Almas
- Prefeitura de Palmas acata recomendações do MPE sobre córregos
- Vias esburacadas levam MPE a oficial prefeito de Araguaia
- MPE investiga suposta irregularidade na contratação de empresa em Arapoema

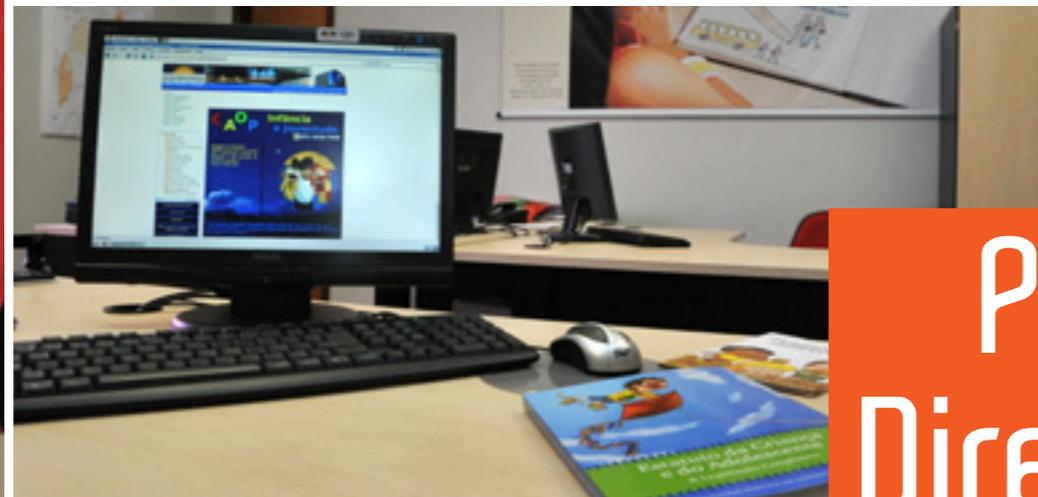
NOVEMBRO

- Homem é condenado a 15 anos de prisão por matar idosa
- MPE recomenda e chefe da cadeia pública de Miracema é substituído
- Após denúncia do MPE, acusado de assassinar idosa em Araguatins é julgado
- A pedido do MPE, Justiça defere liminar para que o Estado garanta UTI a pacientes de Gurupi
- Recomendação do MPE visa inibir prescrição de medicamentos não registrados pela Anvisa a usuários do SUS
- MPE pede afastamento e suspensão de pagamento dos subsídios do vice-prefeito de Xambioá
- CCZ de Palmas cria novo sistema de eutanásia em cumprimento a TAC
- MPE entra com ação e Justiça afasta agente de polícia “fantasma”
- MPE instaura inquérito para apurar atividade de médicos em Porto Nacional
- MPE implanta Estação de Tratamento de Esgoto em Araguaia
- A pedido do MPE, Prefeitura de Palmas demolirá câmara de gás do CCZ
- MPE discute acessibilidade para deficientes
- MPE assina TACs com quatro prefeituras para instalação de Conselho Tutelar
- MPE abre inquérito para investigar prefeitura e ajuíza ação contra vereadores de Lajeado
- MPE dá dez dias para Secretário da Segurança Pública esclarecer caos no sistema penitenciário de Palmas
- A pedido do MPE, Detran determina instalação de junta médica para atendimento de pessoas com deficiência em Araguaia
- Ação ajuizada pelo MPE requer interdição do Case
- Justiça acata pedido do MPE e determina internação de recém-nascida em UTI
- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito e secretários de Rio Sono
- MPE instaura inquérito para apurar situação no HGP; Secretário tem dez dias para se explicar
- Ação do MPE visa construção de presídio militar no Estado
- Recomendação do MPE pede regularização do atendimento em leitos de UTI no Hospital Dona Regina
- Projeto de Integração Nacional em Saúde Pública reúne representantes do MP de todo o país

- Promotoria da Saúde participa de Seminário de Vigilância às Leishmanioses
- Promotora de Justiça ajuíza Ação para adequar unidade de atendimento de Semiliberdade em Palmas
- Ação ajuizada pelo MPE visa adequar frota de ônibus para atender pessoas com deficiência em Araguaia
- MPE apreende máquinas em fazenda de ex-prefeito
- Após acusação do MPE, júri condena homem por matar ex-vereador
- Omissão na estruturação de Conselho Tutelar leva MPE a propor ACP contra prefeito de Pau D'Arco
- MPE expede recomendações para garantir medicamentos a pacientes do SUS submetidos a hemodiálise
- MPE oferece denúncia contra homem acusado de estuprar menores
- MPE ajuíza Ação Civil Pública para criar Procuradoria Jurídica na Prefeitura de Guaraí
- Justiça acata pedido do MPE e determina prisão de agente de polícia em Xambioá
- A pedido do MPE, Justiça afasta chefe da cadeia de Xambioá

DEZEMBRO

- Ação do MPE visa recuperação de rodovias estaduais
- Ação Civil Pública requer providências do Município de Palmas para fiscalização e destinação adequada de resíduos sólidos
- MPE e Polícia Rodoviária Federal combatem tráfico de drogas em Colinas
- MPE requer do Governo do Estado e Poder Legislativo de previsão orçamentária para garantir atendimento de pacientes da rede pública com risco de morte
- Após Ação ajuizada pelo MPE, prefeito de Sítio Novo é novamente afastado
- Justiça atende Ação do MPE e afasta prefeito de Maurilândia
- A pedido do MPE, agentes de polícia de Xambioá são afastados
- MPE notifica Prefeito de Almas a fazer concurso público
- A pedido do MPE, Justiça suspende concurso público em Guaraí
- MPE denuncia a ex-prefeito de Crixás e mais duas pessoas por dispensa indevida de licitação
- MPE faz recomendação a Delegado de Polícia de Dianópolis
- A pedido do MPE, Justiça afasta prefeito e secretário de Cachoeirinha
- MPE pede e Justiça decreta prisão do Secretário Estadual de Saúde
- MPE e Prefeitura de Gurupi assinam TAC para combate à dengue no município
- Vendedores de produtos piratas têm alvará cassado a pedido do MPE de Guaraí
- A pedido do MPE, Justiça afasta vice-prefeito de Xambioá



Proteção dos Direitos Sociais e Individuais



3 PROTEÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS

Objetivo: Promover a celeridade na proteção efetiva da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Público-alvo: Sociedade tocantinense

Execução dos Recursos do Programa

Ação	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	R\$ 148.000,00	R\$ 147.660,84	R\$ 147.660,84
Manutenção da Sala de Inteligência	R\$ 41.500,00	R\$ 40.170,50	R\$ 38.170,50
Manutenção da Corregedoria Geral do Ministério Público	R\$ 25.000,00	R\$ 17.050,00	R\$ 17.050,00
Realização das Atividades dos Centros de Apoio Operacional – CAOPs.	R\$ 337.975,00	R\$ 56.050,00	R\$ 52.110,00
Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério Público	R\$ 121.423,00	R\$ 117.577,21	R\$ 117.577,21
Realização das Ações de Combate às Organizações Criminosas	R\$ 52.800,00	R\$ 47.651,50	R\$ 47.651,50
TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA	R\$ 726.698,00	R\$ 426.160,05	R\$ 420.220,05

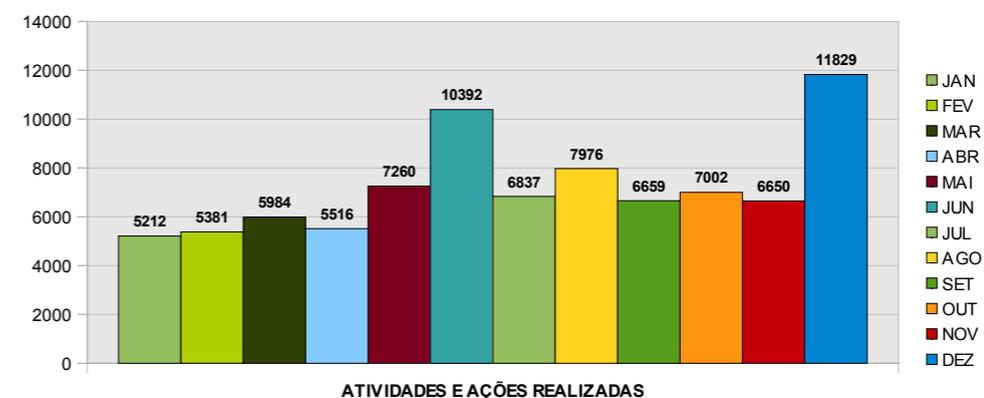
DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO

A ação de Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário foi inserida no Plano Plurianual (PPA), a partir do ano de 2010, para mensurar a atuação finalística do órgão e seus impactos para a sociedade tocantinense.

A dinâmica de desenvolvimento desta atividade acontece, basicamente, pelo deslocamento de membros para a realização de procedimentos, processos e audiências, bem como pela disponibilização de integrantes do órgão para cumprir os programas de atendimento aos distritos judiciais, priorizando atividades ministeriais que reduzam o tempo de eficiência e aumentem as probabilidades de solução dos casos ou de êxito processual.

Os investimentos com a presente ação tiveram efeitos satisfatórios, conforme se observa no gráfico abaixo, que indica o volume total de processos conduzidos por Membros do Ministério Público.

Processos devolvidos ao Judiciário com manifestação



Fonte: RAF (Relatório de Atividade Funcional)

Os dados apresentados na figura acima mostram que houve uma queda nos indicadores de atividade funcional nos quatro primeiros meses do ano, em razão, principalmente, do período de férias de muitos dos membros, de atividades administrativas para as quais foram convocados, de mudança de prédios das Promotorias, de fatos externos à atuação funcional, a citar os de caráter político, como a troca dos gestores no âmbito estadual, e de dificuldades de pessoal, com a adaptação dos novos membros recém-empossados.

Apesar dos problemas enfrentados, observa-se que a partir do mês de junho, os indicadores apresentaram números muito acima da média mensal dos últimos anos, chegando a um total de 57.345 ações só no restante do ano. Parte desse avanço é fruto do preenchimento de sete cargos que estavam vagos e da rápida troca quando da vacância de outras seis Promotorias, sendo cinco por pedidos de exoneração e uma pelo falecimento do Promotor de Justiça Daniel Ribeiro da Silva.

Configura-se assim, a importância da atuação do Ministério Público para a sociedade tocantinense, que veremos partilhada por área de atuação nos indicadores do Planejamento Estratégico desta Instituição.

MANUTENÇÃO DA SALA DE INTELIGÊNCIA

Integrada ao Grupo de Combate às Organizações Criminosas – (GECOC), a Sala de Inteligência é responsável por desenvolver os serviços do Sistema Guardião e dos demais sistemas investigativos do Ministério Público, bem como, atuar conjuntamente com membros do Ministério Público, da Polícia Civil e da Polícia Militar em investigações que exigirem seus serviços. O Sistema Guardião é uma ferramenta utilizada nas investigações criminais com o objetivo de obter provas por meio da interceptação legal de conversas telefônicas, mensagens, e-mails, entre outros.

A dotação inicial da presente ação tinha por objetivo, além da manutenção das atividades e operações realizadas pela equipe da Diretoria de Inteligência, custear a manutenção do Sistema Guardião e firmar convênios federais para a aquisição de equipamentos de inteligência de última geração.

No decorrer do ano porém, não se concretizou a transferência dos gastos do sistema de interceptação telefônica, que continuaram sendo pagos pela Polícia Militar.

Para formalização do convênio visando à aquisição de equipamentos, foi encaminhada uma proposta ao Ministério da Justiça, via Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – (SICONV), a qual não foi aprovada em razão da insuficiência de recursos.

Entretanto, no que tange às operações de inteligência, o resultado da presente ação se mostrou surpreendente:

Operações de inteligência

82 Interceptações realizadas

43 Relatórios gerados

Além das atividades do Sistema Guardiã, a Diretoria de Inteligência realizou algumas ações informativas que tiveram como foco mostrar aos membros e servidores da Instituição as ferramentas de inteligência disponíveis e a estrutura da Diretoria, e forneceu também formulários e modelos para o pedido de ações de inteligência, o que proporcionou uma procura maior pelos serviços desse setor e um alto número de ações.

MANUTENÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria Geral é órgão da Administração Superior do Ministério Público responsável pela orientação e fiscalização das atividades funcionais e de conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, realizar correições e inspeções, pessoalmente ou por delegação; realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, propor ao Conselho Superior do Ministério Público, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público.

Essa ação destina-se à contratação de serviços de consultoria e serviços técnicos especializados, além do custeio dos deslocamentos do Corregedor Geral, Promotor Corregedor e servidores da Corregedoria para realização de suas atividades.

De suma importância para o alcance dos resultados do Ministério Público junto à sociedade, a Corregedoria Geral se destacou pela atuação firme no cumprimento das disposições legais, trabalhando de forma pró-ativa no sentido de correção das inconsistências encontradas.

Os indicadores de desempenho das atividades da Corregedoria Geral do MPE podem ser verificados a seguir:

Atividades realizadas em 2010

Quantidade / Descrição das atividades

28 Correições

15 Avaliações de Estágio de Membros

180 Ofícios expedidos

191 Memorandos expedidos

04 Processos administrativos instaurados

30 Processos administrativos arquivados

448 Atividades no total

Vale ressaltar que a Lei Complementar nº 51/08 permitiu ao Corregedor o firmamento do Termo de Ajuste de Conduta em matérias disciplinares, medida que se mostrou eficiente no sentido de solucionar problemas administrativos de forma menos conflituosa.

Para sanar algumas dificuldades encontradas, pretende-se, já para o ano de 2011:

- a implantação de um sistema informatizado para abrigar os dados constantes no Prontuário Individual de Membros;
- a busca no aperfeiçoamento do sistema RAF, incluindo dados relevantes para análise estatística, inclusive com a elaboração de novo software por parte da equipe de TI;
- a aquisição de modem para internet móvel, para ser utilizada em viagens; e a aquisição de veículo novo, para os deslocamentos da equipe quando em viagens a serviço.

REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL (CAOPS)

Os Centros de Apoio Operacional (CAOPs) são órgãos de apoio à atividade funcional do Ministério Público e têm como finalidade o estudo, através de vistorias, visitas, pareceres, entre outros, visando subsidiar o trabalho dos Promotores de Justiça, estimular a integração e o intercâmbio entre as Promotorias de Justiça que atuam na mesma área de atividade e têm atribuições comuns. Atualmente, o Ministério Público do Tocantins conta com 7 centros operacionais: Infância e Juventude, Consumidor, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Mulher, Criminal e Patrimônio Público, que desenvolvem ações importantes para uma efetiva atuação dos Promotores de Justiça, em suas respectivas áreas.

Esta ação objetiva a contratação de auxiliares técnicos e especializados e custeio dos deslocamentos de membros e servidores dos Caops no desempenho de suas atribuições.

No que tange à execução orçamentária da ação, houve a execução de apenas 16,58% do orçamento e no entanto a meta física que era de 2.880 foi superada, chegando a 7.083 atividades realizadas. Em princípio pode parecer uma superestimação da meta financeira, porém, tais recursos se referem à celebração, já no final do exercício de 2010, do Convênio MPE-TO/SRJ (SICONV), cuja execução só será possível em 2011.

No que se refere à atuação dos Centros de Apoio Operacional, pode-se ressaltar que, como mostra a diferença entre a meta física prevista e a executada, pelo segundo ano consecutivo o desempenho desses órgãos foi mais que o dobro do estimado para o período. A tabela a seguir mostra um comparativo das atividades dos Centros de Apoio nos últimos anos:

Atividades por CAOP no ano de 2010

NOME DO ÓRGÃO	QUANTIDADE DE ATIVIDADES DESEMPENHADAS
CAOP DO MEIO AMBIENTE - Caoma	1893
CAOP DOS DIREITOS HUMANOS	45
CAOP DA CIDADANIA	131

CAOP DO CONSUMIDOR	274
CAOP DA MULHER	944
CAOP DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	182
CAOP CRIMINAL	1223
CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE	2391
TOTAL DE ATIVIDADES	7083

Dentre as atividades desempenhadas pelos Caops, foram elencadas algumas ações de maior relevância:

CAOP DO MEIO AMBIENTE

Constituição do Grupo de Trabalho das Promotorias de Justiça Ambiental com o intuito de subsidiar as demais Promotorias de Justiça que tenham demandas ambientais.

Confecção da Cartilha Cidade Sustentável Bem Estar Para Todos – Uso e Ocupação do Solo urbano e Seus Impactos Ambientais.

Semana do Meio Ambiente, com confraternização ambiental que integrou a agenda Estadual da Semana do Meio Ambiente.

Seminário de Valoração do Dano Ambiental.

Realização de vistoria para identificação das condições dos lixões que alcançou 92 dos 139 municípios.

Fortalecimento do Projeto Intersetorial de Educação Ambiental nos municípios pilotos;

Realização de pesquisa com turistas nos municípios de Araguañã, Caseara, Pedro Afonso e Ponte Alta do Tocantins, que compõem o Projeto Intersetorial de Educação Ambiental, com o objetivo de avaliar, a partir da visão do turista, as condições ambientais das praias.

CAOP DOS DIREITOS HUMANOS

Levantamento das instituições de abrigo e permanência de idosos em situação de risco nos municípios do Estado.

Levantamento das instituições de educação e permanência de pessoas com deficiência.

CAOP DA CIDADANIA

Informação às Promotorias sobre a importância de as Prefeituras alimentarem o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS, um banco de dados do Ministério da Saúde que tem por objetivo, dentre outros, apurar e disponibilizar para consultas o valor total das receitas e dos gastos em ações e serviços públicos de saúde nos estados e municípios, bem como a relação dos municípios faltosos e um modelo de atuação para requisitar informações a respeito da omissão.

Informação às Promotorias sobre a importância de os municípios criarem e utilizarem CNPJ próprio para movimentação de conta bancária própria pelo Fundo de Saúde, conforme preconiza a Instrução Normativa da Receita Federal nº 748/07, e não o CNPJ da Prefeitura, como acontece em boa parte dos municípios. Isso permitirá que a utilização dos recursos para a saúde seja efetivamente realizada com a essa finalidade.

Seguindo atuação dos anos anteriores, foi elaborado para as Promotorias um comparativo da evolução dos casos de dengue no estado, com a indicação dos municípios em situação mais delicada, sugerindo atuação.

Com o objetivo de subsidiar a atuação das Promotorias foram levantados dados acerca do cumprimento da carga horária dos médicos do Estado.

Diligenciou-se acerca do acondicionamento de medicamentos sob responsabilidade da empresa Unihealth Logística Hospitalar, contratada pelo Estado com essa finalidade.

Verificou-se a situação do setor de hemodinâmica do HGP com a expedição de recomendação para a adoção de providências

CAOP DA MULHER

Celebração de convênio com a Secretaria Reforma do Judiciário para criação do Núcleo Maria da Penha em Palmas.

Coleta de material para a realização de exame de DNA a baixo custo.

Realização de reuniões com os Promotores de Justiça.

CAOP CRIMINAL

Participação no projeto “Rede em Ação”.

Promotorias comunitárias.

ENACC – Estratégia Nacional de Combate a Cartéis.

Controle externo da atividade policial (tabulação e arquivamento).

Participação no Projeto “Promotores em Ação” – integrante do Planejamento Estratégico, em Gurupi, Palmas e Araguaína.

Encontro Nacional de Coordenadores de Centros de Apoio e Núcleos Criminais.

Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – Enasp.

Grupo de Persecução Penal.

Oficina do Júri.

Seminário Regional de Polícia Comunitária.

Mão de obra carcerária.

Ações diversas: o CAOCRIM fez, em média, 300 consultas de endereços e antecedentes criminais, solicitadas pelas Promotorias de Justiça da capital e do interior, realizou pesquisa de peças e jurisprudências, além de orientações jurídicas e interlocuções políticas, principalmente perante as Secretarias de Segurança Pública e Cidadania e Justiça; participou ainda de várias reuniões a convite da Defensoria Pública e da Polícia Comunitária e coordenou, neste mês de novembro, reunião entre os Procuradores de Justiça para discussão de temas polêmicos na área criminal e firmamento de entendimentos perante o Tribunal de Justiça.

CAOP DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Realização de visitas técnicas em mais de 60 escolas municipais e estaduais, com posterior elaboração de relatório e encaminhamento ao Promotor de Justiça competente para adoção das medidas cabíveis.

Fiscalização das eleições para Conselheiro Tutelar em 15 municípios tocantinenses.

Participação no Projeto Tecendo a Paz, cuja finalidade era capacitar professores e membros da rede de proteção de crianças e adolescentes para o enfrentamento da violência e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes, além de promover o fortalecimento e a articulação das redes municipais de ensino.

CAOP DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Estudos jurídicos e contábeis relacionado a apuração de ato de improbidade administrativa cometido pelo gestor público.

Emissão de relatórios técnicos de Inquéritos Civil e Procedimentos Preparatórios de Investigação.

CAOP DO CONSUMIDOR

Foram deflagradas três operações da Força-tarefa Pró-Consumidor (equipe formada por diversas Instituições afins) nas seguintes cidades: Formoso do Araguaia, Miracema do Tocantins e Dianópolis.

Foram apreendidas 25 toneladas de produtos impróprios para consumo e diversos termos de autuação foram lavrados, tanto do PROCON como da Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, bem como Inquéritos Policiais foram instaurados e até prisões em flagrante efetuadas diante das situações de crime.

Foram visitados 114 estabelecimentos entre supermercados, restaurante, lanchonetes, açougues e padarias

As ações geraram 230 autuações entre infrações, apreensões, notificações, relatórios, prisão em flagrante e boletim de ocorrência.

CAPACITAÇÃO DOS MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Como parte da política de valorização dos membros e servidores da Instituição, foram realizados cursos e outras atividades de capacitação voltados aos integrantes, por meio de parcerias com o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil, visando ao desenvolvimento e aprimoramento das atividades ministeriais.

Em 2010, a execução da ação de Capacitação dos Membros e Servidores do Ministério

Público foi além do que havia sido inicialmente previsto, tanto em número de servidores capacitados quanto em volume de recursos investidos, como pode ser observado no quadro abaixo:

Meta de capacitação	Servidores capacitados
90,00%	118,00%

O sucesso na execução da meta só foi possível graças às alterações realizadas durante o ano para adequação da estrutura do Ministério Público, de forma a evitar a sobreposição de ações de setores diversos. A principal medida foi a centralização de todas as atividades de capacitação e aperfeiçoamento no Centro de Aperfeiçoamento Funcional – Cesaf.

Diante disso, o Cesaf passou a gerir os recursos da ação de Capacitação, sendo responsável pela fixação de metas e elaboração de cronograma de cursos, além de buscar parcerias com outras instituições para a realização conjunta de eventos de capacitação.

Outra melhoria implementada foi a criação de um sistema com banco de dados único de capacitações, que tornou possível acompanhar o número de eventos realizados, a carga horária e os servidores presentes.

Além das atividades de formação, os recursos da ação foram utilizados para o custeio de deslocamentos de membros e servidores para participação em eventos de capacitação, e para a concessão de 25 bolsas de estudo aos servidores do órgão para participação em cursos de graduação, com benefícios de até 30% do valor do curso realizado.

Abaixo, os eventos de capacitação que tiveram participação de servidores deste Órgão:

Eventos

- CONGRESSO BRASILEIRO DE SECRETÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO – CONSAD, em Brasília(DF).
- OFICINA PRÁTICA SOBRE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – em Palmas(TO), organizada e realizada pelo Cesaf.
- CICLO DE PALESTRAS – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf.
- CURSO DE TÁTICAS DEFENSIVAS – em Castanhal(PA).
- OFICINA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA – em Palmas(TO), organizada e realizada pelo Cesaf em parceria com a Defensoria Pública.
- CURSO SOBRE CIVISMO INTERINSTITUCIONAL – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf.
- OFICINA PRÁTICA DE COMBATE À SONEGAÇÃO FISCAL – em Palmas(TO), organizada e realizada pelo Cesaf.
- PEÇA EDUCATIVA: VOTO VENDIDO, CONSCIÊNCIA PERDIDA – em Palmas(TO), encenada pela Cia de Teatro do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.
- CURSO ORÇAMENTO PÚBLICO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf em parceria com a Escola de Governo do Tocantins.
- VIII JORNADA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PENAL – em Vitória(ES), Instituto Brasileiro de Direito Processual.
- OFICINA SOBRE RECURSOS CONSTITUCIONAIS – em Palmas(TO), organizada e realizada pelo Cesaf.
- ENCONTRO NACIONAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ENAP – em Brasília(DF).
- SEMINÁRIO JURÍDICO – em Palmas (TO), organizado e realizado pelo Cesaf, em parceria com a Defensoria Pública.
- CURSO DE FORMAÇÃO DE INSTRUTORES – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf, em parceria com a Escola de Governo do Tocantins.
- SEMINÁRIO DE PERÍCIAS NOS CRIMES CONTRA A VIDA – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf em parceria com a Secretaria da Segurança Pública.
- CURSO DE MEDIA TRAINING – em Palmas(TO), organizado e realizado pelo Cesaf.
- LL ENCIMP – Rio de Janeiro(RJ).

CURSO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO – virtual, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

OFICINA PRÁTICA DO JÚRI – em Palmas (TO), organizada e realizada pelo Cesaf.

CURSO DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2010 – Fortaleza(CE).

I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – em Brasília(DF), totalmente custeado pelo Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP.

Fonte: Sistema Cesaf

REALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

As ações dessa natureza são realizadas pelo Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gecoc), órgão auxiliar do MPE criado em 2004 com a finalidade de inibir e reprimir o crime organizado no Estado.

Os recursos para esta ação destinaram-se ao deslocamento de servidores e integrantes do Grupo Especial de Combate às Organizações Criminosas, na apuração de crimes relativos a combustíveis, pirataria, ordem tributária, jogos de azar, caça-níqueis e bingos, fraudes, narcotráfico e crime organizado nos presídios.

A atuação do Ministério Público do Estado do Tocantins no combate ao crime organizado produz a cada ano resultados mais positivos para a sociedade, demonstrando a importância da presente ação e da ampliação contínua dos recursos nela investidos. vale ressaltar as ações do Gecoc, quais sejam:

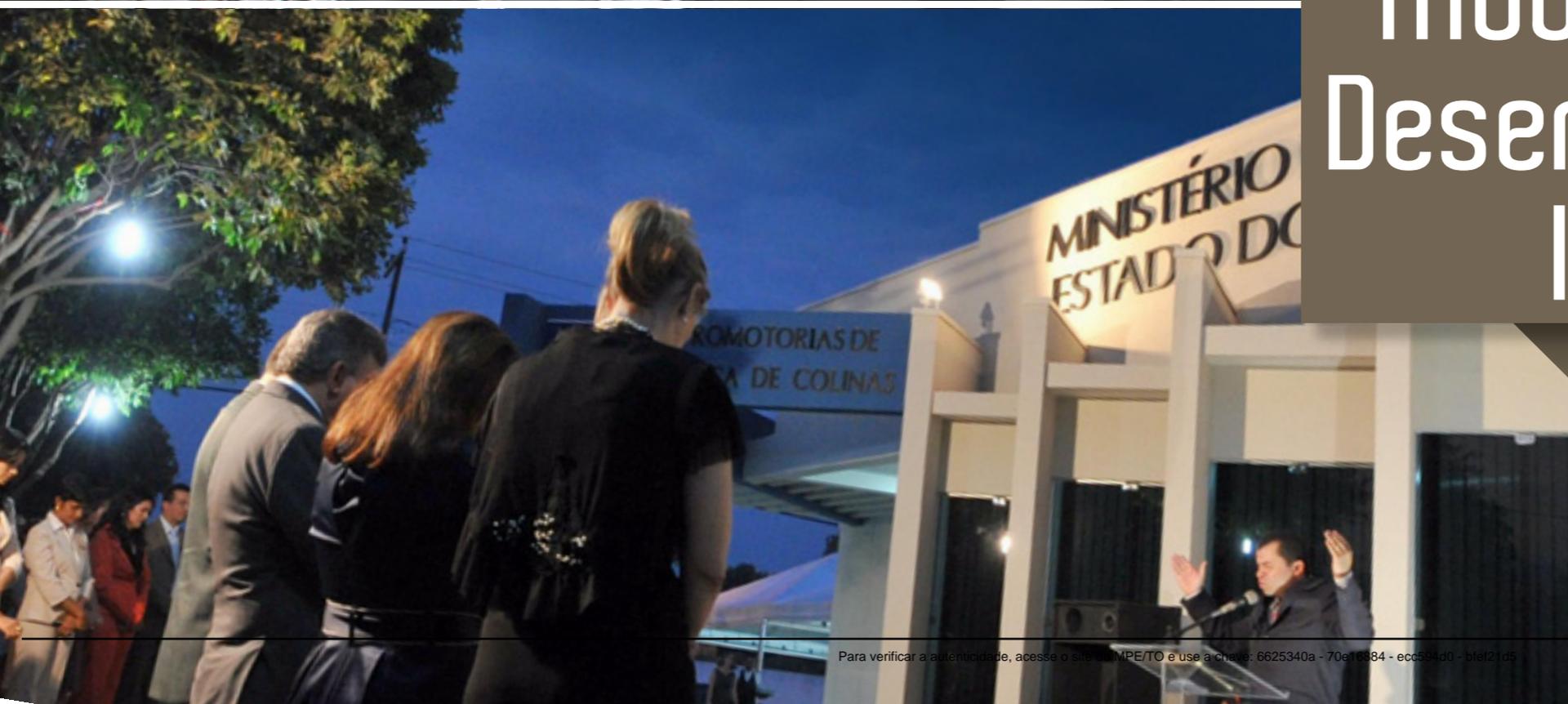
Atividades Gecoc

TIPO DE ATIVIDADE	QUANTIDADE
ESTUDO	01
VISTORIA	05
OFÍCIO	137
MEMORANDO	114
INQUÉRITO POLICIAL	11
TERMO DE DECLARAÇÕES	23
TERMO DE INTERROGATÓRIO	144
TERMO DE DEPOIMENTO	23
PROC. PRELIMINAR DE AVERIGUAÇÃO	06
BOLETIM DE OCORRÊNCIA	16
AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE	04
TERMO CIRCUNSTANCIADO	04
PROC. INVEST. CRIMINAL	02
MEDIDA CAUTELAR	05
PEÇA DE INFORMAÇÃO	18
ORDEM DE SERVIÇO	02
OPERAÇÃO DE INTERCEPTAÇÃO	82
RELATÓRIO DE INTELIGÊNCIA	43

RELATÓRIO AO CNMP	12
REUNIÕES DO GNCO	08
FORMALIZAÇÃO DE CONVÊNIO	02
REUNIÕES COM ÓRGÃOS DE SEGURANÇA	107
TOTAL	769

Dentre os procedimentos relacionados na tabela anterior, merecem destaque:

- Realização de operação de combate aos crimes contra a Administração Pública;
- Combate a crimes cibernéticos;
- Adoção de medidas de combate à cartelização;
- Realização de operações de repressão ao tráfico de drogas na Capital e no interior;
- Atuação em conjunto com as Promotorias de Justiça de Araguaína, Xambioá, Ananás, Paranã, Colinas, Natividade e Porto Nacional.



Modernização e Desenvolvimento Institucional

4 MODERNIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Objetivo: Promover a modernização e o desenvolvimento organizacional do Ministério Público, visando atender com eficácia, eficiência e efetividade as demandas Institucionais e da sociedade tocaninense.

Público-alvo: Membros, servidores e sociedade tocaninense

Execução dos Recursos do Programa

Ação	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado
Renovação da Frota de Veículos	R\$ 245.500,00	R\$ 228.440,00	R\$ 121.500,00
Construção das Promotorias	R\$ 5.483.409,00	R\$ 2.724.756,70	R\$ 2.329.779,40
Concessão de direitos a membros e servidores	R\$ 9.438.500,00	R\$ 9.410.156,12	R\$ 9.410.156,12
Implantação do modelo e excelência em Gestão Pública	R\$ 342.098,00	R\$ 341.899,70	R\$ 330.622,42
Realização de Concurso Público para servidores	R\$ 131.580,00	R\$ 131.580,00	R\$ 131.580,00
Estruturação e desenvolvimento do Setor de Tecnologia da Informação	R\$ 181.368,00	R\$ 174.308,52	R\$ 138.631,12
TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA	R\$ 15.641.087,00	R\$ 13.011.141,04	R\$ 12.462.269,06

RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

A frota de veículos da Procuradoria Geral de Justiça, no final do exercício de 2010, soma 42 unidades destinadas ao transporte de passageiros – utilitários, caminhões e motocicletas – alocados nas diversas unidades desta Instituição, o que equivale a um crescimento médio de 9,2%, se comparado aos dados de 2009.

Apesar do incremento da frota e dos esforços para manter o bom estado de conservação dos veículos desta instituição, cujo tempo médio de uso é de 4,15 anos, tal fato contribuiu para elevar as despesas operacionais, no decorrer de 2010.

A solução encontrada para diminuir despesas operacionais foi a renovação da frota. Assim, no exercício de 2010, foram adquiridos 03 (três) veículos para transporte de passageiros, marca/modelo Siena 1.4, ano 2010, bem como 01 (um) veículo utilitário marca/modelo Toyota Hilux, diesel 4x4.

Para o exercício de 2011, pretende-se adquirir 14 (quatorze) novos veículos, em substituição aos componentes mais antigos da frota. Com essa política, a instituição prioriza a modernização e redução de despesas operacionais.

CONSTRUÇÃO DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

O ano de 2010 foi de grandes avanços também na ação de Construção das Promotorias do Ministério Público, tendo como principais destaques:

- A inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Araguaína, que conta com 14 gabinetes para os Promotores de Justiça, auditório com capacidade para 90 pessoas, biblioteca, garagem privativa para os membros e salas destinadas a técnicos e analistas ministeriais, totalizando 1.279,25m² de área construída;
- A inauguração da sede das Promotorias de Justiça de Colinas do Tocantins, estruturada em quatro gabinetes para as Promotorias, auditório para 90 pessoas, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 446,09m² de área construída.
- Além destas obras já finalizadas, temos:
- A construção da sede das Promotorias de Justiça de Tocantinópolis, executada em 80%, estruturada em 04 gabinetes para os Promotores de Justiça, sala de reuniões, auditório com capacidade para 90 pessoas, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 487,48m² de área construída; e
- A construção da sede das Promotorias de Justiça de Paranã, executada em 60%, com 02 gabinetes para os Promotores de Justiça, sala de reuniões e audiências, banheiro público com acessibilidade, garagem privativa para os membros e estacionamento público, totalizando 270,14m² de área construída.
- Ainda no sentido de cumprir as metas traçadas no Planejamento Estratégico, foram elaborados os projetos de construção das Promotorias de Porto Nacional, Taguatinga, Xambioá e Arraias, cujas obras serão iniciadas no exercício 2011, caso haja disponibilidade financeira.

A construção das Promotorias de Justiça de Porto Nacional, prevista para 2010, apesar de já dispor de projeto e orçamento aprovado, não foi possível em virtude de problemas com a documentação do terreno, que foi doado pelo Governo Federal e necessita ser regularizado.

Apesar dos problemas citados, foi possível implementar o cumprimento de metas estabelecidas, tais como a criação da Área de Projetos e Edificações, responsável por toda a parte de engenharia e arquitetura do MPE-TO, que possibilitou a criação da Comissão de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia, importante para a execução de obras e serviços de engenharia a um menor custo, e possibilitou melhores condições de acompanhamento das obras em andamento.

CONCESSÃO DE DIREITOS A MEMBROS E SERVIDORES

No exercício 2010, deu-se continuidade ao pagamento dos direitos oriundos do Realinhamento Funcional, além de surgirem novas demandas referentes à antecipação da Parcela Autônoma de Equivalência.

Esta conduta demonstra o respeito do MPE aos direitos de seus integrantes, que se sentem mais valorizados e motivados a prestarem serviços cada vez melhores à sociedade.

IMPLANTAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA

Marco fundamental na história do Ministério Público, a preocupação com a busca pela excelência na Gestão alcançou, no ano de 2010, grande volume de ações implementadas e em implementação.

Nesse aspecto, a busca por uma Gestão Pública de Excelência suplantou os limites de uma simples ação prevista no PPA, passando a contar com dois projetos, em permanente expansão e execução, que ganharam nova apresentação neste relatório: o Planejamento Estratégico (item 6) e o Gespública (item 7).

Outra iniciativa voltada para a excelência na gestão pública foi a criação do Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, ação pioneira no âmbito Estadual, instituída em 2009, por meio do Ato nº 061/2009, vindo a antecipar as obrigações da Lei Complementar nº 131/2009.

O site do Portal da Transparência é uma ferramenta de acompanhamento das informações relativas à gestão do Ministério Público, tais como: Compras realizadas (licitação, dispensa e inexigibilidades), Contratos, Convênios, Informações de Pessoal (servidores e membros ativos, inativos, pensionistas, requisitados, cedidos e terceirizados, além de estagiários, diárias, bolsas, gastos com capacitação e ressarcimentos), Relatórios de Gestão, de Execução Orçamentária e Financeira, de Gestão Fiscal, da Lei de Responsabilidade Fiscal, entre outros, além de conter informações detalhadas referentes à execução orçamentário-financeira em tempo real.

O objetivo dessa iniciativa foi aumentar a transparência da gestão no órgão, permitindo que o cidadão acompanhe como nossos recursos estão sendo aplicados e nos ajude na tarefa da fiscalização, pois a premissa do controle social como fiscal maior da aplicação de recursos públicos sempre foi uma bandeira do MPE-TO.

Outro fator importante é servir como modelo para aqueles órgãos que queiram melhorar a qualidade das informações prestadas aos servidores, facilitando a pesquisa, tornando a linguagem acessível a toda a sociedade e, acima de tudo, despertando o interesse pelo acompanhamento da aplicação de recursos públicos.

Para acessar todas estas informações e ajudar o Ministério Público do Tocantins a cumprir sua missão institucional, qualquer cidadão pode acessar o endereço eletrônico www.mp.to.gov.br/cint/transparencia e acompanhar a aplicação de seus impostos, bem como obter todas as informações acima relacionadas, que estarão sempre atualizadas conforme as necessidades e a designação do ato que instituiu o site.

No tocante à aplicação dos recursos, foram executadas as seguintes realizações:

- Custeio dos deslocamentos para realização dos Projetos “Promotores em Ação”, nas cidades de Araguaína e Gurupi;
- Impressão de relatórios, revistas, informativos e da cartilha do projeto “Conhecendo o Ministério Público”(Carta de Serviços ao Cidadão);
- Implementação do Sistema de Segurança na sede da Procuradoria Geral de Justiça e das Promotorias de Justiça de Araguaína, com a aquisição de equipamentos, serviços e materiais;
- Pagamento da ação de capacitação para construção do Planejamento Estratégico;

- Ações do programa de qualidade de vida dos integrantes do MPE;
- Realização do I Curso para os Analistas Ministeriais recém-ingressos na carreira;
- Realização da Pesquisa de Satisfação no atendimento;
- Realização da Pesquisa de Satisfação com o Clima Organizacional, entre os membros e servidores;
- Publicação de 03 números da Revista Jurídica do Ministério Público, organizada e editada pelo CESAF.

Tais realizações, somadas aos esforços dos Membros e Servidores na execução de suas tarefas, fizeram o Ministério Público do Estado do Tocantins ganhar destaque entre as instituições públicas do Estado, sendo reconhecido por meio de Certificados, Homenagens, Elogios e até mesmo voto de aplausos em Casas Legislativas.

REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO PARA SERVIDORES

Conforme o previsto, em 2010 foi realizado Concurso Público para Analistas Ministeriais, com especialidade Jurídica, visando ao preenchimento de 37 (trinta e sete) vagas. Apesar do grande número de inscritos, as etapas do certame, desde a realização da prova até a posse, transcorreram em um prazo reduzido, sem qualquer irregularidade ou mesmo interposição de recursos.

Prova disso é que o primeiro edital foi publicado em 19/03/2010 e o resultado final do concurso já estava disponível no dia 25/05/2010, num período de apenas dois meses.

A grande atratividade pode ser medida pela concorrência: mais de 50 candidatos por vaga, número superior ao registrado pelas Universidades Públicas do Estado para o Curso de Direito.

ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO SETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Em 2010, a Procuradoria Geral de Justiça procurou solucionar as limitações tecnológicas impostas às áreas de atuação, para tanto, foram solicitadas ao Departamento de Tecnologia da Informação sugestões para o desenvolvimento de novos Sistemas, visando atender às necessidades e demandas das diversas áreas, bem como estabelecer indicadores operacionais e de desempenho.

O departamento também disponibilizou conexão com Internet para todas as Comarcas do Interior, sendo que as Comarcas de maior porte receberam um link para auxiliar no atendimento das Promotorias.

Aumentou-se, também, o tráfego de dados do link da Capital de 2mb para 10mb, a fim de fornecer melhores serviços aos públicos interno e externo (Promotorias e população).

Com o intuito de aprimorar a produtividade das atividades da Procuradoria Geral de Justiça, o Departamento de Tecnologia da Informação adquiriu novos equipamentos de informática, conforme relacionado a seguir:

Equipamentos de Processamento de dados adquiridos em 2010.

Item	Descrição	Quantidade
01	Computadores	135
02	Monitor LCD	155
03	Nobreaks	140
05	Estabilizadores	46
06	Impressora a laser	40
07	Impressora multifuncional	56
08	Scanner profissional	10
09	Notebook	10
10	Coletor de dados	1
11	Netbook	2
12	Switch 48 portas 10/100/1000	6

Destacam-se, ainda, ações voltadas para aquisição de material permanente na área de Tecnologia da Informação, com enfoque especial para a condução estratégica do processo, visando à eficiência e economicidade de recursos.

Em virtude da necessidade de realização de investimentos em outras áreas, tais como obras e renovação da frota da instituição, houve alteração do valor inicial desta ação, o que não chegou a prejudicar o seu andamento, resultando no desenvolvimento de novas ferramentas pelos técnicos do Departamento de Tecnologia da Informação.

Importante, ainda, ressaltar o incremento da produtividade nas áreas administrativas e finalísticas da Instituição, graças aos novos recursos e serviços tecnológicos disponibilizados aos integrantes. Dentre as atividades diárias do setor de desenvolvimento de sistemas e banco de dados está a concepção de novos softwares e a manutenção de sistemas que já estão em utilização pela Procuradoria Geral de Justiça.

A equipe de programação buscou prover mecanismos, mediante o desenvolvimento de Sistemas ou de Métodos, para agilizar e dar segurança à execução das atividades tanto da área administrativa (Athenas) quanto da área fim (Arquimedes e Relatório de Atividades Funcionais – RAF). Para tanto, a equipe da Sala de Programação contou com colaboradores de diversas áreas.

Apesar das dificuldades encontradas na implementação de rotinas e de padronização dos procedimentos, bem como a carência de pessoal e infraestrutura, foram desenvolvidos novos sistemas, conforme elencados abaixo:

Área de desenvolvimento de sistemas

Sistemas finalizados

Sistemas finalizados são aqueles que já estão em funcionamento, mas ainda recebem manutenções corretivas e adaptativas. Nos tópicos a seguir apresentamos os sistemas desenvolvidos na última gestão.

- **Sistema de recursos humanos:** sistema que gerencia informações funcionais de todos os servidores e ex-servidores do Ministério Público, a exemplo de Posses, Exonerações e Publicações Oficiais. A finalidade do sistema é armazenar e garantir o acesso à vida funcional dos funcionários. O gerenciamento desses dados também é importante para a prestação de informações ao Controle Externo (Tribunal de Contas do Estado do Tocantins) do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- **Sistema de documentos eletrônicos:** software desenvolvido para realizar a tramitação eletrônica de documentos, que visa diminuir a utilização de papel, promover agilidade no envio de documentos e informar o andamento de cada solicitação entre departamentos. Ainda conta com um módulo especial para o setor de Protocolo Geral, pois este possui características distintas dos demais departamentos. O planejamento deste software permite ainda a interligação ao sistema de Arquivamento, possibilitando, assim, a digitalização de todos os documentos que tramitam dentro do Ministério Público do Estado do Tocantins.
- **Planejamento estratégico:** este sistema foi desenvolvido para controle e acompanhamento dos objetivos, indicadores e projetos definidos no Planejamento Estratégico, sendo o suporte para análise de resultados.
- **Audiência pública:** sistema para cadastramento de opiniões colhidas em audiências públicas, com gerador de relatórios que propiciam agrupamento por municípios, regiões e áreas de atuação, facilitando assim a tomada de decisões.
- **Relatórios patrimoniais:** visando modernizar e já preparar os usuários para o Sistema Athenas, os relatórios do antigo sistema SISPAT, cedido pela SECAD, estão sendo reelaborados com o novo formato de relatórios. Este mesmo formato será utilizado no software de Gestão Patrimonial.
- **Gestão de contratos:** este sistema foi desenvolvido para auxiliar o acompanhamento dos contratos, tendo como foco o aviso antecipado do vencimento dos contratos, permitindo assim que a gestão do órgão possa tomar as providências devidas para a manutenção das atividades prestadas pela contratada, caso seja necessário.
- **Clima organizacional:** módulo criado para suprir a demanda do planejamento estratégico em consolidar informações sobre a percepção dos servidores/membros e do público externo em relação ao Ministério Público do Tocantins e, diante destas, atacar as deficiências e preservar ou aprimorar as qualidades. No entanto, para a concepção deste módulo, um subsistema foi desenvolvido para facilitar o desenvolvimento de módulos que necessitem de "questionários", como é o caso da APD – Avaliação Periódica de Desempenho – e o Estágio Probatório que futuramente serão desenvolvidos por meio do Athenas.
- **Sistema da Ouvidoria:** o Sistema de Ouvidoria estabelece uma linha direta entre a comunidade e o Ministério Público. Através dele qualquer pessoa, física ou jurídica, pode realizar algum tipo de manifestação como obter informações, esclarecer dúvidas, fazer reclamações, dar sugestões, fazer denúncias e acompanhar todo o trâmite de sua manifestação através de um número de protocolo gerado pelo módulo de protocolo do Athenas.
- **Verificação de autenticidade de documentos:** este aplicativo permite verificar a autenticidade dos documentos armazenados no Sistema Athenas, de forma que o público externo pode verificar no site da instituição se um documento

com assinatura do Gerenciador de Documentos Eletrônicos (GED) do Ministério Público é mesmo autêntico e confere com o que se encontra armazenado na bases de dados.

- **Gestão de férias para membros e servidores:** o sistema de Gestão de férias automatizará todos os processos relativos à marcação, alteração e controle dos períodos aquisitivos e parcelas a serem usufruídas pelos colaboradores, sendo necessária uma mínima ou nenhuma interrupção manual em todo o processo, pois o sistema, além de suprimir a edição dos formulários utilizados atualmente, será integrado com o eDOCs e com a Folha de Pagamento.
- **Novas funcionalidades e layout do Arquimedes:** mesmo com o foco principal no Athenas, a área Fim não foi esquecida. A equipe de programação, em visita técnica ao estado de Pernambuco, trouxe uma série de modificações para o Arquimedes que atualmente estão sendo estudadas para serem aplicadas. Paralelo a isso, está sendo feita a comunicação com Tribunal de Justiça, cuja finalidade é diminuir o trabalho dos cartórios e facilitar a implantação do Arquimedes no interior do estado.

O Sistema de Gestão de Autos (SGA), criado desde 2007, foi desenvolvido pelo Ministério Público de Pernambuco e cedido por meio de um Termo de Cooperação Técnica. A equipe do MPE é responsável pelo suporte e adequações necessárias ao seu pleno funcionamento.

Foram implementadas as seguintes funcionalidades:

- I. Distribuição proporcional para cargos;
 - II. Integração MP/TJ possibilitando a importação dos processos a partir da base de dados do Tribunal de Justiça do Tocantins;
 - III. Correção de falhas e definição de validações para o cadastro de afastamentos de membros, com a viabilização do retorno automático ao término deste período, resultando em maior excelência na distribuição de processos;
 - IV. Criação da cortina de Histórico de Entradas do Processo.
- **Controle bibliotecário:** o sistema de controle bibliotecário online, permite gerenciar acervos, reservas, empréstimos e devoluções, com ou sem aplicação de multas por perdas e atrasos.
 - **Moodle – Curso a distância:** o sistema Moodle permite realizar capacitações e treinamentos de membros e servidores através da WEB, com aplicação de conteúdos objetivos ou subjetivos, vídeo-aula, documentos e aplicação de avaliações.
 - **Portal da transparência:** o sistema permite administrar, de forma independente por cada departamento envolvido, todo o conteúdo das informações que vão para o Portal da Transparência, na WEB.
 - **Concurso:** o sistema permite administrar toda publicação no site, referente a concursos realizados para o MPE-TO.
 - **Net office:** o sistema permite gerenciar todos os projetos da área de TI, definindo as equipes envolvidas, além de publicar o andamento na intranet para que o servidor e membro acompanhe as atividades e solicitações.

- **Cesaf:** sistema para gerir e controlar a capacitação de todos os membros e servidores, adicionando automaticamente as informações ao dossiê dos membros e servidores.
- **Cadastro online de servidores e membros:** sistema para efetuar cadastros online de membros e servidores para participarem de atividades desenvolvidas.

Em desenvolvimento ou em homologação

São aqueles sistemas que ainda não estão em funcionamento, mas estão sendo estudados e em desenvolvimento.

- **Folha de pagamento:** utilização de software desenvolvido para modernizar e sanar deficiências do sistema de Folha de Pagamento disponibilizado pelo Ministério Público do Estado do Espírito Santo. Um dos grandes ganhos desse novo sistema é a inserção do Controle Interno, que agora pode verificar o desenvolvimento de cada folha de pagamento sem interromper o trabalho que está sendo desenvolvido pela área de Recursos Humanos na Folha de Pagamento.
- **Novo visual para o site da instituição:** foi construído de acordo com as recomendações da W3C (World Wide Web Consortium), que é o órgão que regulamenta as normas sobre assuntos relacionados à Internet. Neste novo layout foram utilizadas, além das recomendações da W3C, técnicas e tecnologias modernas que permitem uma melhor apresentação do conteúdo e facilitam o acesso das informações por meio de mecanismos de buscas como o Google ou Yahoo Search.
- **Sistema de gerenciamento patrimonial:** este sistema modernizou e deu mais agilidade ao departamento de patrimônio, uma vez que o sistema vem sendo planejado para colher informações de diversos setores, como Licitação e Compras, visando dar maior segurança ao processo de aquisição de bens. O sistema também está sendo planejado para permitir que os gestores tenham acesso a informações e bens sob sua responsabilidade, em tempo real.
- **Avaliação periódica de desempenho:** o módulo de APD automatizará um processo que hoje é executado manualmente, à base de papel e questionário. A avaliação ocorre uma vez ao ano para os servidores efetivos estabilizados. O desenvolvimento do módulo levará a uma economia de papel, além de possibilitar a elaboração de um histórico digital de todas as avaliações do servidor que pode ser usado na geração de relatórios estatísticos gerenciais sobre os pontos positivos e negativos de cada servidor e avaliar em que aspectos o Planejamento Estratégico pode contribuir para desenvolver melhor as habilidades dos seus colaboradores.
- **Reestruturação do gestor de servidores:** atualização de funcionalidades e interface do Gestor de Servidores. Esta modificação está sendo realizada para reunir o cadastro/alteração de informações em local comum e assim proporcionar melhor organização de trabalho. Algumas funcionalidades também foram modificadas para se enquadrar na realidade da Instituição e do Departamento de Recursos Humanos.
- **Gestor de conteúdo para web:** este módulo faz parte do projeto de reestruturação dos sites web do Ministério Público. Atualmente, o projeto

encontra-se em fase inicial e tem como finalidade fornecer total controle sobre os conteúdos publicados em todos os sítios web deste Ministério, de forma simples e integrada. Possibilita melhorar o controle sobre os conteúdos publicados na internet e substituir o atual gestor de conteúdo, que não atende à demanda atual.

- **Humanização do Sistema Athenas:** este projeto não é um simples software, mas um conjunto de conceitos e premissas que visam sempre atender melhor o usuário final. É guiado por uma pessoa externa à área de desenvolvimento, pois tem a missão de criticar de forma construtiva o trabalho realizado por esta equipe.

Tais sistemas irão permitir ao Ministério Público um salto de qualidade, tanto na captação de suas informações técnicas como também na tomada de decisões por parte da Administração Superior, que passará a ter informações precisas sobre diversas áreas de atuação.



Apoio Administrativo

5 APOIO ADMINISTRATIVO

Objetivo: Prover os órgãos da Procuradoria-Geral de Justiça dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-Alvo: Membros, servidores e sociedade tocantinense

Execução dos Recursos do Programa

Ação	Dotação Autorizada	Empenhado	Liquidado
Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais	R\$ 7.671.186,00	R\$ 7.303.798,43	R\$ 6.663.772,70
Manutenção dos Serviços de Transporte	R\$ 370.726,00	R\$ 364.528,62	R\$ 341.859,17
Ações de Informática	R\$ 508.040,00	R\$ 444.865,32	R\$ 357.186,73
Manutenção de Recursos Humanos	R\$ 67.867.570,00	R\$ 67.776.329,26	R\$ 67.776.329,26
TOTAL DE RECURSOS DO PROGRAMA	R\$ 76.417.522,00	R\$ 75.889.521,63	R\$ 75.139.147,86

COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS

Visando aprimorar a administração, o Departamento Administrativo e a Comissão de Licitação procuraram alocar rigorosamente as despesas planejadas no Plano Plurianual, de acordo com a legislação que regulamenta a execução orçamentária das entidades públicas estaduais. A Comissão tem pautado os seus atos nos preceitos legais e na observância aos princípios constitucionais que regem a Administração e as licitações públicas, almejando sempre a aquisição e contratação de bens e serviços que atendam às exigências deste órgão, com ênfase na busca contínua pela proposta mais vantajosa para a administração, tanto econômica quanto qualitativamente.

Destacamos, ainda, que é missão e compromisso desta Comissão atuar sempre com transparência, integridade, isonomia, respeito e ética na condução dos procedimentos licitatórios, com vistas ao alcance pleno do interesse público.

Vale lembrar que todas as licitações e contratos realizados pela Procuradoria Geral de Justiça são publicados no site da Instituição (www.mp.to.gov.br), Portal da Transparência, bem como nos demais meios de publicação previstos em lei, podendo qualquer pessoa acessar os editais e as atas de Registro de Preços, na íntegra, por meio do link aviso de licitação.

No decorrer do ano de 2010, foi verificada uma economicidade no preço final de bens e serviços realizados mediante a modalidade pregão. Isto não seria possível por meio de licitações tradicionais, o que evidencia o empenho dos servidores públicos que atuam como pregoeiros e equipe de apoio deste órgão, bem como o respaldo da Assessoria Jurídica e Controle Interno, garantindo a observância dos princípios legais e a escolha de propostas mais vantajosas para a Administração.

O Sistema de Registro de Preços vem sendo bastante utilizado, pela vantagem econômica e rapidez nas aquisições, com a eliminação de licitações contínuas de bens e serviços semelhantes.

No tocante à Comissão Permanente de Licitação (CPL), compete-lhe promover as licitações, celebrar os contratos, convênios e as demais avenças de interesse

da Instituição, adotando as providências que a legislação estabelece, tais como a publicação de avisos de licitação, extratos dos instrumentos convocatórios, dos ajustes, de dispensa e inexigibilidade de licitação, e exame dos recursos interpostos.

Ao final do referido exercício, apurou-se o quantitativo descrito abaixo:

Procedimentos Licitatórios, Dispensas, Inexigibilidades e outros.

Modalidade	Quantidade de processos autuados
Convite	00
Concorrência	03
Pregão Presencial	41
Pregão Eletrônico	09
Dispensa de Licitação	136
Não Aplicável	00
Suprimento de Fundos	04
Inexigibilidades	16
TOTAL	209

O valor dos procedimentos de suprimento de fundos (empenhados R\$ 40.000,00 / aplicados R\$ 17.419,16) serviu apenas para aquelas despesas de caráter emergencial, que por seu percentual reduzido em relação ao orçamento total do órgão, não interferiu no desempenho e economicidade das aquisições.

Ao longo do exercício, a Comissão realizou 53 procedimentos licitatórios, a saber: 50 pregões, sendo 09 (nove) na modalidade eletrônica, 41 (quarenta e um) presencial e 03 (três) concorrência, que resultaram em contratações no montante de R\$ 6.758.832,32, ou seja, 21,24% inferior à estimativa das despesas, que era de R\$ 8.482.825,80, o que representa uma economicidade de R\$ 1.801.993,49, conforme quadro abaixo:

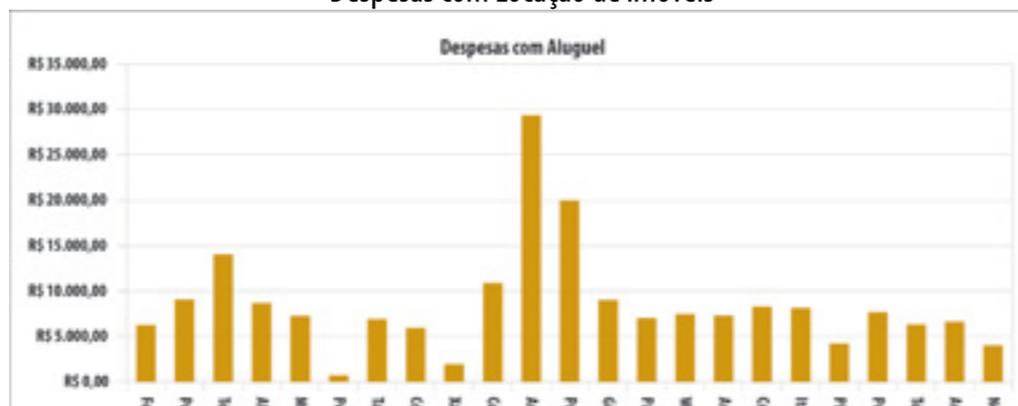
Montante Total Licitado

Modalidade	Estimado	Valor Final	Economia	%Economia
Pregão Presencial	6.557.821,55	4.903.108,58	1.741.712,97	26,56
Pregão Eletrônico	503.667,05	323.027,19	180.639,86	35,86
Concorrência	1.421.337,20	1.532.696,55	-120.359,34	-8,52
TOTAL	8.482.825,80	6.758.832,32	1.801.993,49	21,24

Na presente ação, foram destinados recursos para manter a infraestrutura necessária, objetivando o cumprimento das obrigações da Procuradoria Geral de Justiça. Dentre elas, destacamos: a segurança física e patrimonial das instalações; a limpeza e conservação das Promotorias e Sede; manutenção dos imóveis; apoio administrativo e operacional (terceirizados); manutenção dos equipamentos; energia elétrica; telefonia fixa e móvel; locação de imóveis e as publicações em geral.

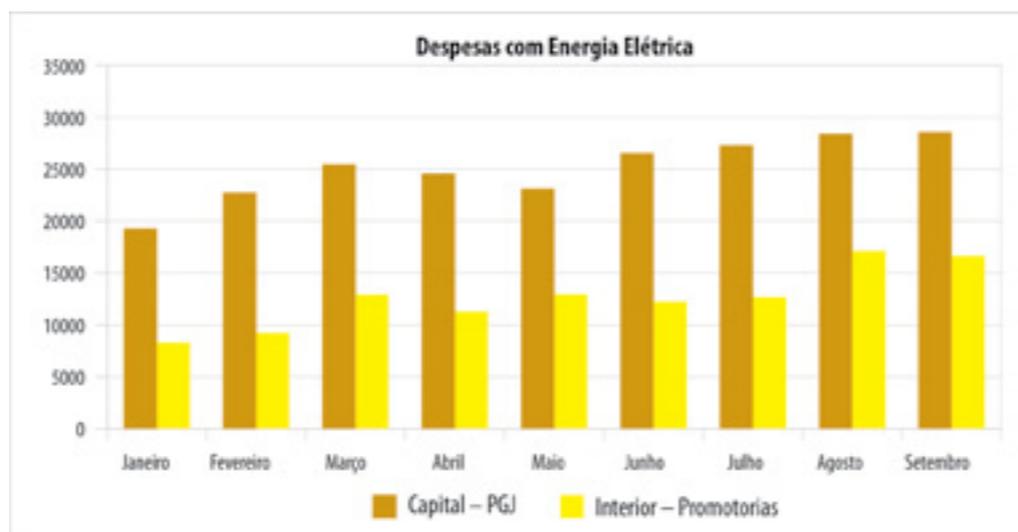
Em relação às despesas com locação de imóveis, houve um crescimento acentuado, em virtude da saída de diversas Promotorias das dependências dos Fóruns para sede alugada, movimento que tende a aumentar com a inauguração de novos Fóruns no decorrer do ano de 2011.

Despesas com Locação de imóveis



Quanto aos serviços de energia elétrica, tais despesas tiveram elevação de 57,8%, percentual considerável se comparado ao ano de 2009, provavelmente fruto da expansão institucional, principalmente com a inauguração de novas sedes e com a mudança de Promotorias que funcionavam nos Fóruns e passaram a dispor de sede própria, locada, além da variação normal no decorrer do ano.

Despesas com Energia Elétrica



Além dessas despesas, os serviços de telefonia são essenciais à operacionalização dos serviços públicos prestados pelo Ministério Público do Estado do Tocantins (MPE) e Promotorias do Interior, proporcionando agilidade e qualidade no atendimento aos públicos interno e externo, e em especial às necessidades gerais da Instituição.

Despesas com Telefonia

	Serviços de telefonia			
	PGJ/TO - GO	INTERIOR - GO	INTERIOR - DF	MÓVEL
	63 3216 7500	63 3312 1369	63 3653 1077	63 8401 3477
Janeiro	4.556,04	17.864,92	1.548,69	2.342,59
Fevereiro	7.923,60	14.330,80	1.418,06	2.980,57
Março	6.963,92	15.892,08	1.561,83	2.765,63
Abril	7.558,94	15.976,46	1.482,35	2.819,72
Maio	9.390,29	15.745,42	1.769,95	2.133,78
Junho	9.137,42	16.553,91	1.515,63	2.583,08
Julho	9.301,29	17.326,51	1.718,71	2.256,32
Agosto	9.347,43	15.994,75	1.824,08	4.898,47
Setembro	10.105,12	16.720,02	1.733,98	2.751,06
Outubro	8.346,82	17.373,12	1.675,80	2.719,97
Novembro	8.226,21	16.186,81	2.178,34	11.598,06
Dezembro	9.433,52	16.246,12	1.497,00	3.211,31
Sub-total	100.290,60	196.210,92	19.924,42	43.060,56

O apoio administrativo contempla ainda duas atividades de importância singular para a instituição, uma diz respeito à contratação de mão-de-obra terceirizada para os serviços de limpeza, manutenção, conservação, jardinagem, serviços gerais e portaria, e outra referente à contratação dos serviços de Vigilância Armada, que é uma demanda surgida no Planejamento Estratégico da Instituição, como forma de aumentar a Segurança Institucional de Membros e Servidores.

Somadas, as duas contratações totalizaram uma despesa de R\$ 2.352.079,35 durante o exercício de 2010, sendo que, para 2011, já estão previstos novos postos de segurança armada e de serviços gerais, a serem preenchidos na medida da disponibilidade orçamentária.

O uso das informações gerenciais contidas neste item permite comparar o resultado planejado e o realizado e, conseqüentemente, verificar o grau de evolução da gestão. Nesse sentido, é necessário que seja desenvolvido um sistema gerencial no Departamento Administrativo desta Procuradoria, de forma a permitir o acompanhamento de todas as etapas do processo administrativo, as atividades relacionadas à fiscalização e mensuração dos investimentos, bem como o processamento dos Relatórios Demonstrativos de Despesas, a fim de auxiliar a tomada de decisões nos três níveis: estratégico, tático e operacional.

A geração e o fornecimento de informações sob medida para os departamentos, substancialmente o de Planejamento e Gestão, são extremamente consideráveis, pois subsidiam o planejamento estratégico da instituição. Assim como acontece em outras instituições, o Departamento Administrativo também necessita de um sistema de gestão que atenda às suas particularidades.

MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE

Atualmente, a Procuradoria Geral de Justiça possui uma frota de 42 veículos, nas categorias de transporte de passageiros, utilitários, caminhões e motocicletas, alocados nas diversas unidades desta Instituição. O controle de manutenção desta frota é realizado através de sistema informatizado, possibilitando manter e atualizar todos os registros pertinentes a cada veículo, contendo sua identificação, localização, consumo e gastos com manutenção.

A utilização desta ferramenta de gestão viabiliza não só o efetivo controle, como também a produção de relatórios gerenciais, fundamentais para a administração. São fornecidas, também, orientações para todas as Promotorias quanto aos procedimentos e exigências de ordem legal para a utilização dos veículos e o atendimento aos membros e servidores.

A dotação orçamentária autorizada para manutenção de transportes no ano de 2010 foi de R\$ 370.726,00, dos quais cerca de R\$ 166.574,27 referem-se ao pagamento de combustíveis (álcool, gasolina e diesel), derivados e peças; R\$ 79.595,00 relativos a diárias, para manter as atividades regulares da Instituição. Entretanto, mesmo com a política de controle de gastos efetivada pela gestão ao longo do exercício, a Instituição não conseguiu reduzir os gastos com manutenção da frota.

Vale destacar que tal fato foi influenciado pelo desgaste de parte da frota, contribuindo para um aumento das despesas com manutenção. Assim, do limite estabelecido, executou-se 98,33%.

Outro fato que contribuiu para o aumento de despesa com manutenção foi a implementação do Projeto "Planejamento Estratégico 2010-2018", que demandou o deslocamento de servidores e membros a outros municípios, visando à realização de audiências e reuniões com a sociedade.

Frota de veículos MPE-TO

VEÍCULO	PLACA	ANO/MODELO	LOCAL
ASTRA	MWA-1149	2005/2006	SEDE
RANGER XLT	MXG-8010	2007/2008	PGJ
ASTRA	MWA-1159	2005/2006	SEDE
ASTRA	MVY-1442	2005/2006	PGJ
CLIO	MWE-3615	2005/2005	SEDE
CLIO	MWD-2228	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2201	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2211	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-2231	2005/2005	SEDE
CLIO	MVY-3902	2005/2005	SEDE
CLIO	MWE-3605	2005/2005	SEDE
CLIO	MVX-3536	2005/2005	SEDE
CLIO	MVX-3546	2005/2005	SEDE
VOLLARE	MVR-9524	2002/2002	SEDE
PARATI	MWD-6184	2006/2006	CORREGEDORIA
CORSA 1.6	MWD-6940	2001/2002	MIRANORTE
CORSA 1.6	MWD-6910	2001/2002	ARAGUATINS
CORSA 1.6	MWD-6920	2001/2002	MIRACEMA
CORSA 1.6	MWD-6980	2001/2002	ADMINISTRATIVO

CORSA 1.6	MWD-6990	2001/2002	DIANÓPOLIS
CORSA 1.6	MWB-6940	2001/2002	INATIVO
FIESTA	MXG-9020	2007/2008	INTELIGÊNCIA
FIESTA	MXG-8020	2007/2008	PORTO NACIONAL
FIESTA	MXG-8040	2007/2008	GURUPI
FIESTA	MXG-8050	2007/2008	ARAGUAÍNA
FIESTA	MXG-8090	2007/2008	PARAÍSO
CG 150 JOB	MWH-0961	2007/2007	GUARÁI
CG 150 JOB	MWH-0812	2007/2007	TOCANTINÓPOLIS
CG 150 JOB	MWH-0832	2007/2007	PROTOCOLO
CG 150 JOB	MWH-0963	2007/2007	PEDRO AFONSO
CG 150 JOB	MWI-1307	2007/2007	PORTO NACIONAL
CG 150 JOB	MWL-9208	2007/2007	SEDE
CG 150 JOB	MWL-9228	2007/2007	ARAGUAÍNA
CG 150 JOB	MWL-9188	2007/2007	SEDE
FORD - F 350	MWQ-9397	2009/2009	SEDE
FORD RANGER	MWY-6100	2008/2009	MEIO AMBIENTE
FIAT SIENA	MWY-6110	2008/2009	Gecoc
FIAT SIENA ELX	MXG-3014	2010/2011	SEDE
FIAT SIENA ELX	MXG-3114	2010/2011	SEDE
FIAT SIENA ELX	MWA-8957	2010/2011	SEDE
TOYOTA HILUX	SEM EMPLACAMENTO	2010/2011	SEDE
CARRETA REBOQUE	MXG-9010	2007/2007	

AÇÕES DE INFORMÁTICA

Em 2010, foram atendidas 2.111 solicitações relacionadas à estrutura tecnológica da Procuradoria Geral de Justiça, destacando-se 2.062 somente na Sede, enquanto nas Promotorias do interior do Estado, somou o montante de 49 atendimentos.

Além disso, a rede foi toda reestruturada para melhorar a segurança e a integridade dos dados. Foram implantadas, também, políticas de segurança e novos serviços em nossos servidores de rede, possibilitando, assim, uma maior segurança contra vírus, invasões e perda de informações e um melhor controle de nossa estrutura.

Na busca de aprimoramento da produtividade e manutenção das áreas de TI, o Departamento de Tecnologia da Informação desta Procuradoria Geral de Justiça disponibilizou novos recursos e serviços tecnológicos, conforme relacionado abaixo:

- Realização de testes para implantação de uma rede VOIP (Voz sobre IP) para rede do MPE-TO, visando utilizar a infraestrutura para tráfego de dados, áudio (voip) e vídeo (videoconferência);
- Testes de viabilidade de implantação do servidor VOIP Asterisk e integração do mesmo com o servidor ldap (base de dados e autenticação);
- Configuração das VLAN's na infraestrutura de Switches;
- Instalação e configuração de ambiente para virtualização (VMWARE ESXi 4.0);
- Instalação e configuração de servidores FIREWALL e DHCP nas comarcas de Araguaína e Gurupi;

- Instalação e configuração de roteador interno em substituição ao 3COM H3C, que apresentava delay no acesso interno à rede;
- Instalação e configuração de um servidor local de atualização (repositório de atualizações) dos Sistemas Operacionais das estações de trabalho;
- Reinstalação e configuração da ferramenta IBM Storage Manager para gerenciamento do Storage DS3200 para armazenamento de backups;
- Instalação e configuração do servidor de backup BACULA com interface de gerenciamento web;
- Estudo de alternativas para implantação de autenticação de rede com utilização de chaves criptográficas (Kerberos) visando aumento da segurança na autenticação dos usuários;
- Estudo para migração do servidor de arquivos Samba para NFS visando sanar incompatibilidades apresentadas pelo servidor Samba;
- Alteração da estrutura de rede da sede do MPE-TO deixando de utilizar a estrutura do Governo Executivo para utilização de link próprio e dedicado para acesso à Internet, e acesso externo à página WEB, e aos sistemas do MPE-TO;
- Instalação e configuração do Servidor de Nomes Externo (DNS), assumindo o controle do domínio "mp.to.gov.br";
- Instalação e configuração do sistema de controle de banda visando uma melhor distribuição e controle do link de acesso à Internet.
- Reconfiguração do servidor de cache, aumentando a capacidade de armazenagem dos objetos para reduzir o tempo de resposta e utilização da conexão.
- Instalação e configuração do sistema (SARG) para geração de relatórios dos acessos de usuários à internet;
- Desenvolvimento do sistema para monitoramento da rede, servidores e links da capital e interior, via web;
- Reinstalação dos servidores srvsmb, srvbd, bacula, athenas, srvvmware02/srvwin, atualizando e buscando uma melhor adequação e distribuição entre os sistemas e os equipamentos de hardware disponíveis;
- Instalação e configuração do servidor de arquivos na Promotoria de Araguaína;
- Estudo para implantação de filtro anti-spam no servidor de e-mails do MPE-TO (Aguardando momento oportuno para colocar em produção);
- Configuração das estações clientes para montagem dos compartilhamentos da rede automaticamente;
- Reorganização da Rack dos Servidores e do cabeamento do mesmo;
- Modificações na base de dados das contas de usuário e grupos para integração do email e LDAP;
- Instalação e configuração do novo servidor web (Upgrade de Sistema Operacional Debian 5.64 bits);
- Atualização do servidor de páginas web Apache para versão 2.2.9, PHP5 versão 5.2.6 e InstantClient (ORACLE) 11.1.0.7.0
- Implementação de segurança via ssh no servidor web (Acesso somente por usuário e grupo específico);

- Instalação e Configuração do novo Servidor de Arquivos da rede (Atualização do SO para Debian 5 64 bits);
- Implementação de Agregação de Links no novo Servidor de Arquivos e diretórios, para maior disponibilidade do Serviço na Rede;
- Estruturação das regras de Firewall (firewall de borda);
- Certificação da infraestrutura de rede e telefonia do MPE-TO;
- Instalação e configuração de um servidor Proxy com autenticação por usuário/grupo na base de dados do LDAP;
- Instalação e configuração de um servidor de DNS (interno e externo) para o domínio mp.to.gov.br (em homologação);
- Instalação e configuração de máquinas virtuais para hospedagem do sistema interno PGJAdmin;
- Instalação e implantação da ferramenta IBM Storage Manager para gerenciamento do Storage DS3200;
- Estudos de mecanismos de segurança para acesso aos sistemas internos do MPE-TO através da Internet (SSL);
- Estudo do software coletor de informações CACIC para gerenciamento do parque computacional do MPE-TO;
- Ampliação das memórias RAM dos servidores de redes;
- Virtualização de servidores.

MANUTENÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em dezembro de 2010, a Procuradoria Geral de Justiça contava com o efetivo de 546 profissionais, sendo que 19 componentes de seu quadro encontravam-se cedidos a diversos órgãos da Administração, em sua maioria no âmbito estadual, e 85 profissionais terceirizados dedicados ao desenvolvimento de atividades de prestação de serviços, compondo o seu quadro interno.

Conforme pode ser observado no quadro a seguir, hoje, 192 dos profissionais ocupam o cargo de Analista e 176, de Técnico, fato que denota a forte concentração de mão-de-obra com especialização (analista) e qualificação (técnico) para realização das atividades operacionais auxiliares.

O Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento engloba a administração de pessoal, envolvendo os processos de pagamento, cadastro e desenvolvimento de pessoas, capacitação, seleção de estágio e promoção da qualidade de vida dos servidores.

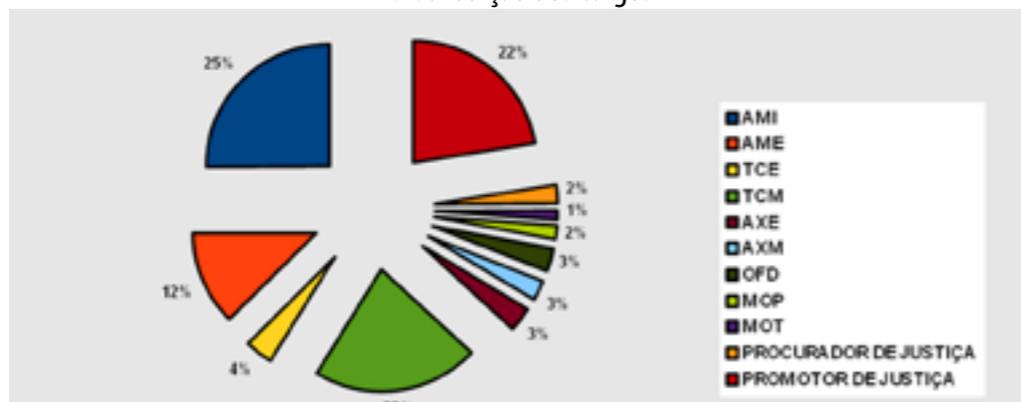
Ao quadro efetivo, foram incorporados, durante o ano de 2010, 112 (cento e doze) novos cargos, preenchidos no decorrer do exercício nas diversas áreas funcionais, conforme demonstrado:

Quantitativo de membros e servidores do Ministério Público.

Nível Funcional	Existente 31/12/09	Movimentação				Existente 31/12/10
		Nomeados	Exonerados	Aposentados/ falecidos	Cedidos/ Licenciados	
Procuradores	12	0	0	0	0	12
Promotores	103	13	5	1	0	110
Servidores	319	89	21	0	19	387
Comissionados	35	4	1	0	0	38
Requisitados	13	6	1	0	0	18
TOTAL	482	112	28	1	19	546

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos e afastados)

Distribuição dos cargos



Carreira de Apoio - Posição: 31/12/2010

Nível Funcional	Existente	Em atividade (Promotorias e Procuradoria Geral)
AMI – Analista Ministerial	126	123
AME – Analista Ministerial Especializado	66	61
TME – Técnico Ministerial Especializado	18	18
TCM – Técnico Ministerial	116	107
AXE – Auxiliar Ministerial Especializado	18	16
AXM – Auxiliar Ministerial	13	13
OFD – Oficial de Diligências	15	15
MOP – Motorista Profissional	09	09
MOT - Motorista	06	06
TOTAL	387	368

Fonte: Folha de Pagamento. *(inclusive cedidos e afastados)

A promoção do ambiente seguro e saudável é de fundamental importância para que os servidores possam desempenhar suas atividades com excelência. Nesse aspecto, o Ministério Público incentiva e oferece oportunidades que primam pela participação de todos os servidores na identificação de fatores que interferem na sua qualidade de vida e no seu nível de satisfação.

A Procuradoria Geral de Justiça vem pautando suas ações na gestão de pessoas, visando cumprir sua missão de protetora dos direitos indisponíveis. Com essa visão, o posto de saúde, juntamente com o quadro de profissionais, promove uma nova abordagem para as ações de qualidade de vida e saúde do servidor, pautada em uma visão holística e integrada do ser humano, incluindo a qualidade das relações de trabalho.

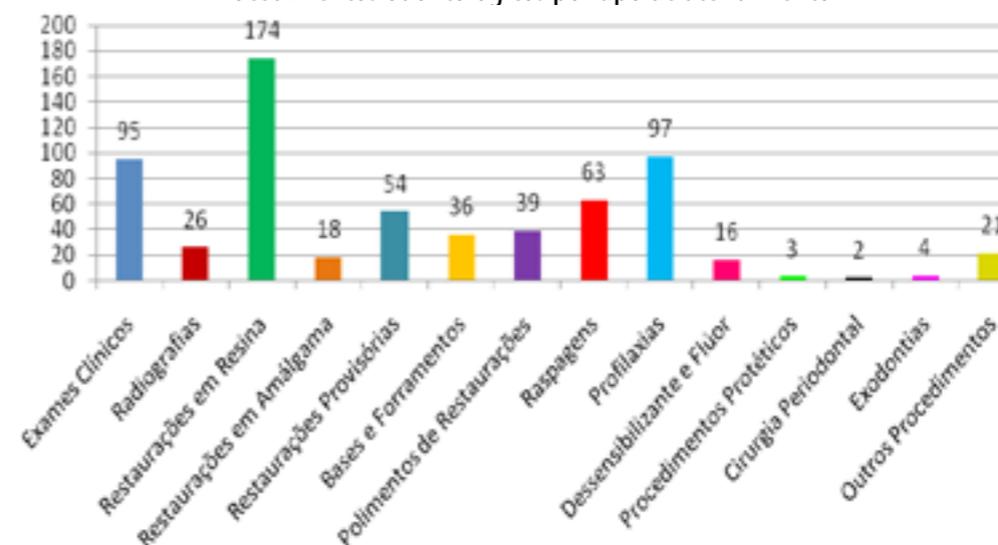
O Setor de Saúde vem desempenhando como principais atribuições: programar e coordenar a execução de programas de assistência médica, odontológica e social, de educação e de proteção à saúde dos servidores da instituição, prestados pela Procuradoria Geral de Justiça aos seus servidores, bem como executar programas de prevenção de doenças e de melhoria da qualidade de vida.

Visando melhorar o atendimento de membros, servidores e prestadores de serviço desta Instituição, foi empossado um Analista Ministerial Especializado em Psicologia, tendo prontamente iniciado os serviços pertinentes à sua área de atuação. Nesse sentido, a atuação do AME-Psicólogo se deu prioritariamente em duas frentes de trabalho: a intervenção em crises, por meio de atendimentos individuais a partir de procura espontânea dos colaboradores desta Instituição, e o trabalho no planejamento e execução do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

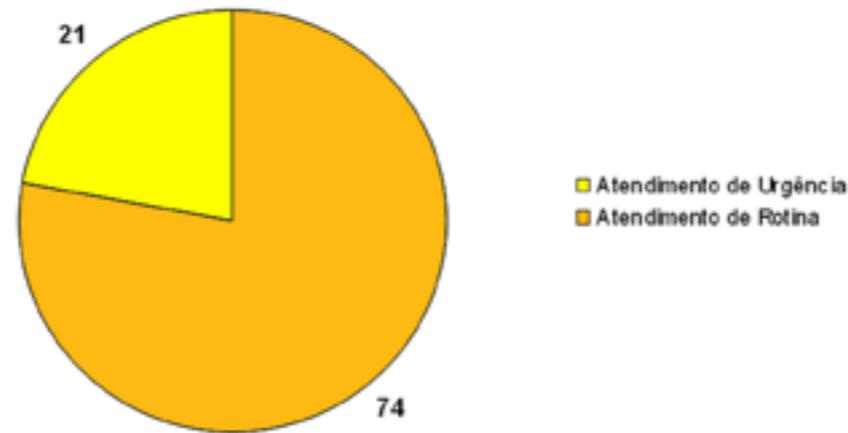
Além disso, o Departamento de Recursos Humanos, Área de Saúde, conta com serviços odontológicos oferecidos aos membros, servidores e prestadores de serviço desta Instituição, iniciado em 28 de setembro de 2010. Desde então, foram realizados 250 atendimentos que beneficiaram 95 pessoas, num total de 648 procedimentos realizados.

A diferença entre o número de atendimentos e o número de pessoas atendidas é explicada pelo modelo de assistência odontológica adotado. No atendimento odontológico de rotina, o paciente é inicialmente submetido a exame clínico detalhado e, nas sessões seguintes, é atendido até que todo o plano de tratamento seja executado.

Procedimentos odontológicos por tipo de atendimento



Atendimentos médicos



Em relação aos limites globais estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, observamos que a despesa com pessoal tem-se mantido bem abaixo do limite prudencial de 1,90% da RCL, como mostra a Tabela 6.3.3.2. Note-se que a despesa com pessoal líquida (DPL) é obtida deduzindo-se da despesa total os seguintes itens, conforme prevê o § 1º do art. 19 da LRF: indenizações por demissão, incentivos à demissão voluntária, despesas decorrentes de decisão judicial, despesas de exercícios anteriores e despesas com inativos custeadas com recursos vinculados.

A gestão fiscal tem como foco o cumprimento dos limites constitucionais. Buscando atender estes preceitos, os gastos realizados pelo Ministério Público com pessoal, segundo dados do período Jan/2010 a Dez/2010, representaram 1,62% em relação à receita corrente líquida. O referido limite está de acordo com que o prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal, incisos I, II e III do artigo 20. Veja quadro a seguir:

Limites de Gasto com Pessoal de acordo com a LRF

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não processadas (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 67.776.329,26	
Pessoal ativo	R\$ 67.776.329,26	
Pessoal inativo e pensionistas		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º art. 19 da LRF)		
(II)	R\$ 4.699.436,88	
(-) Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)		

Indenização por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	
Despesas decorrentes de decisão judicial	
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 4.699.436,88
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$ 63.076.892,38
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	R\$ 63.076.892,38
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	R\$ 3.881.229.046,02
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	R\$ 1,63
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) – 2%	R\$ 77.624.580,92
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,90%	R\$ 73.743.351,87

FONTE: Contabilidade PGJ e SEFAZ/TO

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.



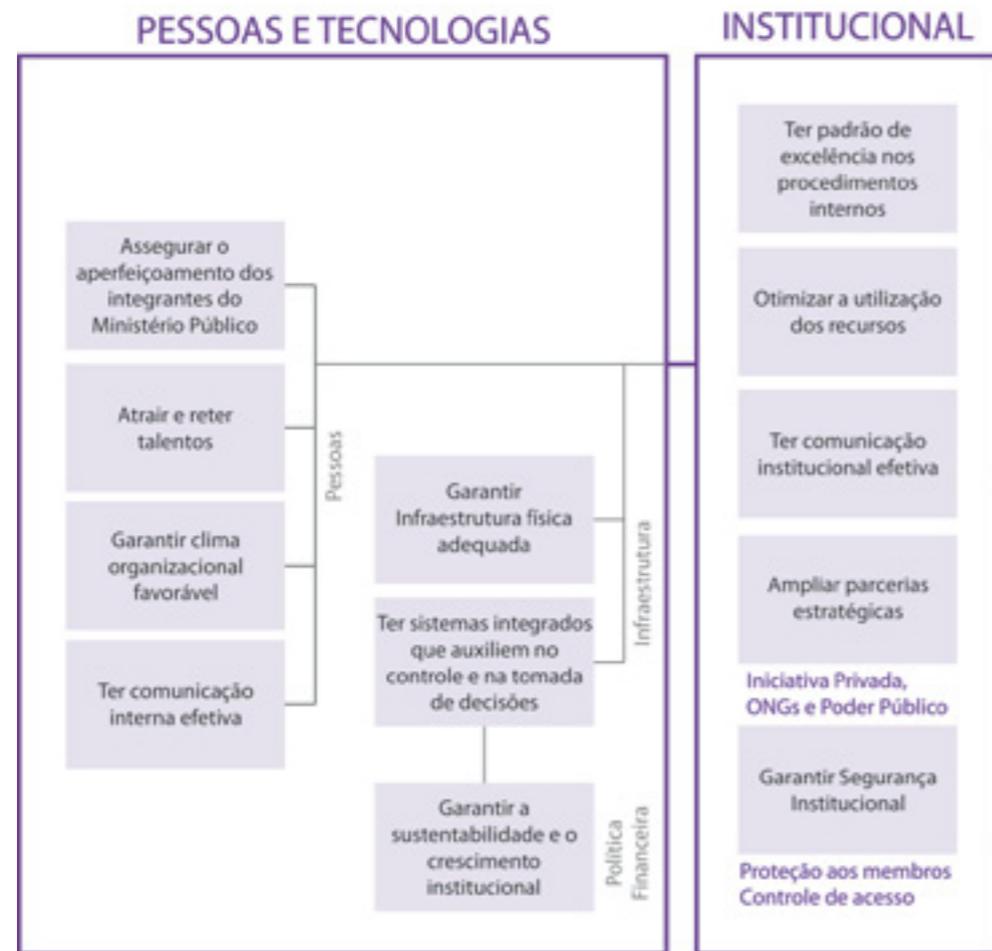
Planejamento Estratégico

6 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2010-2018

Missão: Ser reconhecido como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Visão: Ser uma instituição acessível à população, independente, moderna e integrada, reconhecida por sua transparência e atuação eficaz na defesa da cidadania, meio ambiente e no combate à corrupção e toda forma de criminalidade.

Mapa Estratégico do MPE-TO



Com o início da execução no ano de 2010, o Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins, definido em conjunto com todos os integrantes, trouxe um novo horizonte para o órgão e já começa a trazer resultados que podem ser mensurados e divulgados não só aos membros e servidores, mas principalmente à população, destinatária final dos serviços.

Neste primeiro ano de mensuração, foi necessário realizar o trabalho de conscientização dos membros e servidores do órgão, relativo à importância das informações.

Outra meta importante desta Gestão foi a criação e adequação dos instrumentos de medição e coleta dos indicadores, que, apesar de ainda não estar completamente executada, já permite que informações relevantes da atuação ministerial sejam conhecidas.

O quadro 7.1 apresenta os indicadores do Planejamento Estratégico do MPE-TO e o percentual de alcance das metas. Diante das dificuldades encontradas, em alguns casos não foi possível mensurar com exatidão o alcance de determinadas metas previstas.

Por outro lado, no mesmo quadro já é possível ver que algumas ações realizadas possibilitaram a superação das metas previstas para o ano, mostrando o engajamento dos Membros e Servidores com o projeto.

Resultados e Metas para 2011 / Planejamento Estratégico 2010-2018. Legenda – Situação do Cumprimento da Meta:

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Pesquisa de satisfação	Bienal	-	-	-
Pesquisa de satisfação no atendimento	Mensal	60%	64,84%	65%
Ações para o cumprimento das medidas socioeducativas	Trimestral	90	845	235
Ações para o cumprimento das medidas de proteção	Trimestral	90	306	235
Ações para o cumprimento da política pública de educação	Trimestral	66	1*	100
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao dependente químico	Trimestral	50	-*	65
Ações de combate à exploração sexual infantojuvenil	Trimestral	30	-*	60
Ações de combate à criminalidade e proposição das medidas assecuratórias	Mensal	85000	45467	100000
Rigorosa observância dos prazos processuais nas manifestações	Mensal	45%	-*	55%
Palestras de combate à criminalidade	Semestral	88	-*	132
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades policiais	Mensal	300	-*	600
Recomendações de melhorias requisitadas	Mensal	500	-*	750
Ações penais propostas em razão do controle externo da atividade policial	Mensal	140	85	210
Inspeções realizadas pelos membros junto às unidades prisionais	Mensal	59	-*	88

Nome do Indicador	Periodicidade	Meta 2010	Resultado obtido em 2010	Meta 2011
Ações de fiscalização da execução da política pública voltada ao cumprimento das medidas de segurança e das penas	Trimestral	300	964	450
Ações de combate ao crime organizado	Trimestral	168	644	180
Ações de combate à violência doméstica	Trimestral	1990	2208	2328
Ações de fiscalização da execução da política dos portadores de necessidades especiais e deficientes	Trimestral	50	-*	60
Ações de fiscalização da execução da política do idoso	Trimestral	50	19*	60
Ações de fiscalização da execução da política pública da Saúde	Trimestral	59	67	88
Ações de fiscalização de regularidade de aplicação dos recursos públicos	Trimestral	71	286	106
Ações de execução (eleitoral)	Semestral	13200	-*	6600
Ações de conscientização (eleitoral)	Semestral	44	1*	22
Ações de articulação, vistoria, fiscalização e execução de medidas voltadas para a conservação e preservação do meio ambiente	Trimestral	88	1444	132
Campanhas educativas/palestras/ações de execução	Trimestral	10	26	12
Ações de atuação social relativas ao direito do consumidor	Trimestral	88	20*	132
Parcerias realizadas	Semestral	13	10	18
Adequação em segurança	Mensal	33,65%	33,65%	50%
Nota GesPública	Anual	150	109	250
Abrangência GesPública	Semestral	33,65%	33,65%	50%
Custo médio por processo	Trimestral	R\$ 900,63	R\$ 1.163,59	R\$ 836,25
Cumprimento do plano de comunicação	Trimestral	33%	33,00%	66%
Horas de aperfeiçoamento	Trimestral	15	9,71	17
Melhorias implementadas /aperfeiçoadas após capacitação	Trimestral	65%	-*	68%
Rotatividade	Mensal	4,00%	23,90%	3,50%
Pesquisa de satisfação do Clima Organizacional	Semestral	65%	59,00%	68%
Número de ações internas voltadas para a melhoria do clima organizacional	Trimestral	5	12	8
Adequação da comunicação interna	Bimestral	33%	-*	66%
Adequação da infraestrutura tecnológica	Mensal	15%	15,00%	30%
Adequação da infraestrutura física	Mensal	15%	15,00%	30,00%
Percentual de sistemas integrados	Bimestral	51%	54,44%	56%
Participação orçamentário-financeira	Mensal	2,35%	2,95%	2,60%

* O sistema de coleta de informações do Relatório de Atividades Funcionais – RAF vem sofrendo constantes adaptações, com o objetivo de mensurar as atividades com maior detalhamento, por área de atuação. O Plano de Comunicação não apresentou resultados no ano de 2010 em razão da readequação do quadro de pessoal da Assessoria de Comunicação ocorrida no decorrer do exercício e de problemas na implantação das ações inicialmente previstas.



Gesública



Até 2009, o Ministério Público do Estado do Tocantins realizou atividades isoladas pela busca da qualidade no serviço prestado à sociedade, dentre as quais podem-se citar a implementação do Sistema de Gestão de Autos (Arquimedes), a estruturação e implementação de ferramentas tecnológicas, que proporcionam agilidade e, conseqüentemente, melhoria da qualidade dos serviços meio e fim deste órgão.

As ações citadas, apesar de buscarem excelência dos serviços, eram feitas de forma fragmentada, não integrando um planejamento comum que objetivasse conferir maior celeridade e eficácia aos processos. A ausência de integração e correlação entre as ações também inviabilizou a mensuração de seus resultados.

A solução encontrada foi a implementação do Gespública, cuja estratégia de atuação é baseada na mobilização voluntária de pessoas e organizações para atuarem como agentes transformadores da gestão pública brasileira e tem como premissa que a gestão de Órgãos e Entidades públicas pode e deve ser excelente.

Em 2010, com a implementação do Gespública, as ações estão sendo planejadas, definidas e avaliadas, inclusive com relação aos resultados obtidos, pois o programa funcionará como um gestor da qualidade de todas as atividades que porventura o Ministério Público realizar, além de planejar ações com base em pesquisas de prioridades.

Outra característica desta ferramenta de Gestão é a adoção da metodologia de revisão dos processos de trabalho, levantados a partir de reuniões semanais com um grupo representativo, na definição de papéis e responsabilidades dos colaboradores da área, no desenvolvimento de um sistema de informação que possibilita a consolidação dos procedimentos e uniformização de condutas e, por fim, no treinamento de uma prática gestora, com estabelecimento de metas, registro e revisão de procedimentos, bem como o monitoramento de prazos e resultados.

O cenário anterior apresentava grande descontrole do fluxo do processo de trabalho, ausência de padrão nos procedimentos, infraestrutura imprópria, subjetividade na análise técnica, inexistência de planejamento estratégico, entre outros.

Para fins de priorização das oportunidades de melhoria apontadas durante o desenvolvimento dos trabalhos do Gespública, foi adotada uma matriz que leva em conta os critérios: capacidade de impactar positivamente a estratégia, valor presente dos benefícios da oportunidade em 5 anos, custo total da implantação da oportunidade, tempo de dedicação de pessoas-chave necessárias para o desenvolvimento da oportunidade, tempo total de implantação da oportunidade e impacto positivo sobre outras oportunidades de melhoria.

Diante dos critérios estabelecidos, foram distribuídos questionários a todos os participantes do programa, que puderam escolher notas de 1 a 10 para cada critério. A cada uma dessas notas foi atribuído um peso proporcional, com base nas possibilidades de execução do órgão.

As oportunidades de melhoria constituem um conjunto de metas e ações estabelecidas a partir do processo de autoavaliação da gestão, com vistas a transformar a sua ação gerencial e melhorar o seu desempenho institucional.

Assim, foram selecionadas pelos servidores das respectivas áreas, dentre as identificadas no Planejamento estratégico 2010/2018, as oportunidades de melhoria para o ano de 2010. Foram priorizadas 50 (cinquenta) de um total de 200 (duzentas) oportunidades

a serem implementadas, conforme elencadas abaixo:

Relatório de Execução das Oportunidades de Melhoria da Gestão no Ministério Público do Estado do Tocantins

Legenda – Situação da Execução:

- Concluída
- Em andamento
- Atrasada
- Não iniciada

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Ampliar e tornar eficazes os canais de comunicação;	Assessoria de Comunicação	Concluída : Publicação da Revista MP em Destaque; Mudança no layout do site; Publicação de Informativos Especiais; Divulgação de informações institucionais no televisor instalado no hall do MPE; Atendimento à imprensa: o atendimento à imprensa foi reforçado e aconteceu de forma mais eficaz em 2010.
	Constituir grupos de trabalho, fóruns e comitês multifuncionais para troca de experiência, como forma de otimização de esforço;	Cesaf	Em andamento: Implementada pesquisa para formação do Plano de Qualidade de vida dos integrantes do MP, composta por equipe multifuncional das áreas: Assistente Social, Psicólogo, Enfermeira, Téc. Enfermagem, Fisioterapeuta, Médico, Odontólogo, Administrador, Direito.
LIDERANÇA	Criar, aplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de Clima Organizacional, para mensurar o grau de bem-estar e a satisfação das pessoas que compõem a força de trabalho;	Deplan	Concluída: Por meio de pesquisa junto aos membros e servidores, buscou-se identificar o grau de satisfação ou insatisfação no trabalho, definir suas causas e ações a serem implementadas visando melhores condições para desempenho de suas funções e melhoria do clima organizacional.
	Definir a organização do trabalho a partir das estratégias estabelecidas e alinhadas ao mapa estratégico do MP;	Deplan	Em andamento: Implementado parcialmente com instituição de comissões para revisão dos atos normativos da PGJ.
	Distribuir a força de trabalho para designação de atribuições, observado o perfil e desempenho individual para ampliação da satisfação no trabalho e melhoria nos resultados;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Em andamento: Implementado parcialmente posto que ocorre a relocação de servidores em atenção às suas solicitações pela ampliação da satisfação no trabalho, porém não houve ação específica do MP nesse sentido.
	Fazer uso racional do material de expediente;	RECICLAMP	Não iniciada
ESTRATÉGIAS E PLANOS	Alinhar o planejamento estratégico com os programas e ações do PPA;	Deplan	Em andamento: A ligação entre estes dois instrumentos de planejamento encontra-se em fase inicial, em virtude de discussão para elaboração do PPA 2012-2015 desta instituição.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Apropriar-se dos resultados do monitoramento no replanejamento dos programas e ações;	Deplan	Em andamento: A instituição vem aprimorando o monitoramento de indicadores e metas, para melhor analisar o impacto de programas e ações em relação ao seu objetivo. Assim, os resultados foram comparados com as metas propostas, a fim de constatar progressos ou dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias.
	Definir gerentes de programas e ação;	Deplan	Em andamento: Em virtude do PPA 2008-2011, encontrar-se em andamento, optou-se por aguardar a designação de profissional capacitado para atuar como gerente dos Programas e ações, na elaboração do PPA subsequente.
	Divulgar as estratégias, metas, planos de ação e parcerias existentes;	Deplan	Concluída: A implementação desta ação visa à disseminação e divulgação do Planejamento Estratégico, bem como de suas estratégias e metas. Assim, foram elaborados folhetos, relatórios, reuniões e cursos, visando assegurar um amplo e profundo domínio dos objetivos e das metas do Projeto por parte de todas as pessoas envolvidas na sua implantação, em particular, a alta administração.
ESTRATÉGIAS E PLANOS	Firmar convênios/acordos de cooperação na área de práticas de excelência e processos internos;	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional- Cesaf	Em andamento: A Instituição vem buscando estabelecer convênios com outros entes, inclusive, alguns já foram firmados com Tribunal de Justiça do Estado, Universidades e outras instituições de ensino.
	Implementar um plano de cargos e salários bem definido e adequado;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
	Instituir gerentes de ações para um acompanhamento mais próximo e efetivo das ações previstas, o que proporcionaria maior controle e correção de desvios nos objetivos traçados de maneira pontual e imediata;	Deplan	Em andamento: Em virtude de o PPA 2008-2011, encontrar-se em andamento, optou-se por aguardar a designação de profissional capacitado para atuar como gerente dos Programas e ações, na elaboração do PPA subsequente.
	Considerar as conclusões da análise de desempenho da organização, visando lotação do servidor na área de atuação da sua formação e/ou afinidade por experiência de trabalho (perfil);	Deplan	Em andamento: Implementado parcialmente em face da insuficiência de dados curriculares atualizados dos servidores. Atualmente as lotações são definidas pela DIGER, por ocasião da posse ou de pedido de movimentação de pessoal.
	Monitorar o prazo estipulado para a execução de Plano de ação;	Deplan	Em andamento: O Departamento responsável vem buscando, conforme possível, atender aos objetivos desta ação.

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
	Observar se os objetivos delineados nos Planos de Ação foram alcançados;	Deplan	Em andamento: O processo de monitoramento procura revelar a eventual necessidade de modificar a ação ou resultado esperado e verificar, ainda, se a ação está sendo, de fato, realizada em conformidade com o prazo estipulado no Plano de Ação. Nesse sentido, o acompanhamento é feito pelo Departamento responsável, todavia, há uma dificuldade em mensurá-las, em virtude da deficiência em ferramentas de gestão, especificamente as relacionadas ao uso de Tecnologia da Informação.
ESTRATÉGIAS E PLANOS	Ocupar os cargos comissionados da instituição, preferencialmente, por servidores efetivos, considerando-se os altos investimentos, cursos de capacitação e o perfil da formação do profissional, que são perdidos com a saída dos profissionais comissionados;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
	Disseminar as atribuições do MP, a fim de evitar que o cidadão se decepcione com a atuação do órgão;	Assessoria de Comunicação	Em andamento: Projeto "Conhecendo o MP": Em 2010 apenas a produção da Cartilha foi concluída. Para 2011, a proposta é colocar em prática todo o Projeto, conforme a disponibilização dos recursos.
	Especializar os profissionais da recepção para que o atendimento inicial do cidadão seja encaminhado aos setores com a devida competência no menor prazo possível;	Assessoria de Cerimonial	Em andamento: Meta parcialmente cumprida, pois ocorreu a capacitação de 1 atendente na qualidade de aluno ouvinte, por não se tratar de servidor efetivo, feita pela escola de governo.
CIDADÃO E SOCIEDADE	Implantar a Ouvidoria na instituição;	Procurador Geral de Justiça	Concluída: A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, possibilitou o estabelecimento de um canal de comunicação de fácil acesso do cidadão às atividades do Órgão para apresentar reclamações, denúncias, críticas, elogios, sugestões e obter informações, bem como acompanhar as ações desenvolvidas por nossos membros e servidores.
	Implantar Ferramenta para o cidadão acompanhar o andamento das demandas recebidas no órgão;	Departamento de Tecnologia da Informação	Em andamento: Os documentos protocolados no Protocolo Geral podem ser acompanhados no site através do link EDOC, no endereço eletrônico: https://athenas.mp.to.gov.br/athenas/Docsverify/ , e os documentos protocolados na OUVIDORIA podem ser acompanhados no link Ouvidoria, no mesmo sítio eletrônico.
	Implantar o Disque-Denúncia (nº 127) no âmbito do Ministério Público;	Procurador Geral de Justiça	Não iniciada

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
CIDADÃO E SOCIEDADE	Qualificar os servidores responsáveis pelo atendimento na recepção, para realizar uma triagem, verificando se a questão é de atribuição do MP ou de outro órgão, de modo que se torne mais ágil e eficiente o encaminhamento à Promotoria ou departamento adequado para resolução do problema do cidadão;	Assessoria de Cerimonial	Atrasada: não houve qualificação dos servidores, entretanto, o trabalho de triagem está sendo feito.
	Sistematizar o atendimento das reclamações dos usuários;	Ouvidoria	Não iniciada
	Aperfeiçoar a coleta e o uso das informações da sociedade;	Deplan	Em andamento: A Instituição vem promovendo a utilização de instrumentos de coleta de dados junto à sociedade, visando promover e potencializar o uso das informações.
	Ter comunicação efetiva das metas, valores, objetivos e diretrizes a serem seguidos;	Deplan	Em andamento: A comunicação efetiva da estratégia aos servidores e membros, incluindo metas, valores, objetivos e diretrizes, é vital. Nesse sentido, a instituição promove de forma ativa a compreensão da estratégia e do quadro de metas e objetivos por todas as áreas finalísticas e de apoio.
INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO	Criar, aplicar e avaliar sistematicamente pesquisa de clima organizacional que permita identificar os fatores que afetam a satisfação da força de trabalho, sem vinculação com outros instrumentos;	Deplan	Atrasada: A criação e aplicação de pesquisas está sendo cumprida, entretanto, a avaliação de dados provenientes destas pesquisas ainda não foi devidamente realizada.
	Dar publicidade plena das soluções adotadas;	Departamento de Tecnologia da Informação	Em andamento: Na intranet, no menu atendimento, está disponível cartilha sobre segurança na internet, desenvolvida pelo Comitê Gestor de internet no Brasil, informando todos os cuidados que se dever tomar, e, também, no menu informações, o DTI publica dicas de segurança para os membros e servidores.
	Implantar um controle de alimentação contínua das informações publicadas no sítio do MP pelos órgãos internos;	Departamento de Tecnologia da Informação	Não iniciada
	Intensificar divulgação, disseminação e monitoramento da qualidade no atendimento;	Assessoria de Cerimonial	Não iniciada
	Registrar o desenvolvimento e as inovações implantadas;	Departamento de Tecnologia da Informação	Concluída: Todos os projetos de Tecnologia da Informação são registrados e podem ser acompanhados pelos membros, servidores e cidadãos, através da intranet: tp://www.mp.to.gov.br/intranet/public/#I
Sistematizar as informações divulgadas.	Assessoria de Comunicação	Não iniciada	

CRITÉRIO	AÇÕES	RESPONSÁVEIS	RESULTADOS
PESSOAS	Conceder bônus gerenciais, com base no cumprimento das metas e objetivos estratégicos do órgão;	Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional	Não iniciada
	Criar calendário de eventos de capacitação;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
	Oportunizar a divulgação dos novos talentos que ingressaram no Ministério Público, a fim de socializá-los com os integrantes da instituição, através da INTRANET;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
	Estabelecer políticas de premiação por participação nas atividades de instrutoria em programas de formação, capacitação ou treinamento, oficialmente instituídos no âmbito dos parceiros da PGJ;	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
	Reconhecer publicamente o servidor em casos de alcance de recordes, obtenção de certificações, premiações e outros fatos significativos que resultem para melhoria institucional.	Departamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento	Não iniciada
PROCESSOS	Atrair novos fornecedores para os processos licitatórios e procedimentos de compra direta;	Comissão Permanente de Licitação	Não iniciada
	Ter compromisso dos níveis estratégicos e técnicos com o processo;	Diretoria Geral	Não iniciada
	Definir o tempo de estudo antes da criação de programas, visando compreender a área de impacto e os requisitos plenos do sistema a ser desenvolvido.	Departamento de Tecnologia da Informação	Em andamento: O tempo de conclusão está diretamente relacionado com o número de Departamentos envolvidos, assim, foi definido o prazo mínimo/máximo de entrega: 30/180 dias pós solicitação.
	Disseminar a prática de avaliação do serviço prestado ou produto adquirido entre os fiscais de contrato e setores envolvidos no processo de aquisição para acompanhamento efetivo da execução dos contratos e estrita formalização de qualquer descumprimento às obrigações contratadas.	Comissão Permanente de Licitação	Não iniciada
	Elaborar pautas para reuniões e encaminhar aos participantes antecipadamente;	Diretoria Geral	Não iniciada
Padronizar as rotinas e a elaboração de documentos, facilitando a localização futura;	Diretoria de Expediente	Não iniciada	
Regulamentar as solicitações de compras e criação de manual explicativo, com o intuito de melhorar a especificação dos produtos a serem adquiridos, evitando desperdício de recursos públicos.	Comissão Permanente de Licitação	Em andamento : Em fase de elaboração.	



Situação dos Projetos

8 SITUAÇÃO DOS PROJETOS

Segundo detalhamento das ações constantes do PPA, os projetos deste MPE-TO encontram-se conforme descrito abaixo:

Situação dos Projetos

PROJETO	SITUAÇÃO
Convênio SRJ/MJ nº SICONV 749684/2010: Implementação de Núcleo Maria da Penha	Em fase inicial
Projeto Promotores em Ação (Planejamento Estratégico)	Concluído
Projeto Guardiã: GECOC e Inteligência (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto RECICLAMP (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Infraestrutura Administrativo e Tecnológico (Planejamento Estratégico)	Em andamento - superou a meta do período
Projeto de Informatização de Sistemas (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Comunicação Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento - atrasado
Projeto de Segurança Institucional (Planejamento Estratégico)	Em andamento – superou a meta do período
Projeto de Desenvolvimento de Recursos Humanos (Planejamento Estratégico)	Em andamento – atrasado
Projeto GESPÚBLICA (Planejamento Estratégico)	Em andamento – abaixo da meta do período
Construção das Promotorias de Justiça do Ministério Público	Em andamento
Ampliação da frota de veículos do Ministério Público	Em andamento

Considerações Finais

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Ministério Público do Estado do Tocantins tem buscado o constante aperfeiçoamento de sua execução orçamentária e financeira e de sua atuação finalística, melhores condições organizacionais, maiores níveis de produtividade e otimização de recursos, além de canais eficazes de comunicação, visando sempre alcançar os resultados positivos para os cidadãos do Tocantins.

Neste diapasão, podemos citar alguns exemplos dos esforços empreendidos no ano de 2010:

- A execução de 96,08% do orçamento inicialmente previsto, graças ao esforço da Gestão na busca por recursos de Projetos Especiais e na realização das ações previamente planejadas;
- Respeito às dotações iniciais dos Programas e baixo nível de alterações entre as ações, devidamente justificadas;
- Respeito aos limites de gasto com pessoal expressos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Mesmo com o ingresso de novos Membros e Servidores, o índice se mantém em 1,63% da Receita Corrente Líquida;
- Inauguração de duas novas Promotorias de Justiça, ampliando o acesso e melhorando as condições do atendimento à sociedade, além do início das obras em mais duas Promotorias e novos projetos em execução;
- Destaque na mídia regional e nacional, em razão da atuação finalística dos Membros desta Instituição;
- Criação de canais de debate da atuação com a sociedade;
- Priorização de Projetos que buscam a excelência na gestão, como o Gespública e o Planejamento Estratégico;
- Pleito pelo aumento dos recursos destinados ao Ministério Público na aprovação da nova Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Busca por recursos federais que possam complementar os investimentos necessários à estruturação do órgão;
- Desenvolvimento interno de novos sistemas de informação com uso da plataforma livre de dados, que podem ser compartilhados com outras instituições;
- Parceria com os órgãos de fiscalização e controle na execução de ações conjuntas;
- Ampliação das ações de segurança institucional;
- Participação efetiva no I Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público e na reunião dos Comitês Gestores Nacionais;
- Apoio às ações do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP e do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais de Justiça – CNPG;
- Garantia dos direitos dos Integrantes do MPE;
- Aumento do número de acessos ao site da instituição (www.mp.to.gov.br) durante o ano, totalizando 1.230.008 acessos, segundo levantamento do Google Analytics, realizados no Brasil, Argentina, Estados Unidos, Portugal,

Espanha, Índia, Suíça, França e Reino Unido.

Exemplos como os mostrados ao longo deste relatório demonstram a importância do ano de 2010 para a história do Ministério Público do Tocantins, encerrando o Ciclo de Gestão 2009/2010.

Concluindo, esperamos que 2011 seja um ano de continuidade das melhorias implementadas, de mais conquistas históricas, da superação dos novos desafios e da constatação de que temos uma equipe de Membros e Servidores cada vez mais cientes de seu importantíssimo papel no desenvolvimento do Tocantins.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO TOCANTINS

202 Norte, Av. LO 04, Conjunto I, lotes 5 e 6,
Plano Diretor Norte, Palmas- TO, Cep: 77.006-218
www.mp.to.gov.br